



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4^{MASSAS}

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 29 - Nº 539 - DE 2 DE ABRIL A 16 DE ABRIL DE 2017 - R\$ 4,00

**Não subordinar a luta
contra a reforma da previdência,
trabalhista e a tercerização
às manobras do governo golpista
e dos quadrilheiros do Congresso**

**Por uma verdadeira
GREVE GERAL**

VENEZUELA

**Somente o proletariado, apoiado na maioria nacional oprimida,
pode derrotar a ofensiva do imperialismo sobre a Venezuela
e superar o nacionalismo chavista putrefato**



BOLÍVIA

**A marcha dos professores bolivianos
indica o quanto o capitalismo tem
destruído a educação e o quanto
é necessário lutar sob o programa
revolucionário da classe operária**

Não seguir as manobras do governo e do Congresso Nacional Potenciar a organização nacional do movimento contra as reformas Aproveitar a crise do governo golpista!

O governo Temer não tem como caminhar em linha reta com as reformas antinacional e antipopular. A persistência da crise econômica e as obscuras perspectivas de superação afetam a unidade burguesa em torno do governo. E a insistência da força tarefa da Operação Lava Jato em espremer as delações premiadas, chegando bem próximo a Temer, atingindo altas figuras do PMDB e envolvendo dezenas de parlamentares, por sua vez, contribui para a permanência da instabilidade política.

O brutal peso da dívida pública e a tremenda carga de juros, nas condições de recessão ou de baixo crescimento, impulsiona o desequilíbrio entre os fatores econômico-financeiros. O cauteloso entusiasmo da burguesia com a previsão governamental de que a recessão está ficando para trás é um indicador de que o País ainda tem pela frente uma dura jornada. Não se tem observado o arrefecimento das contradições, que estão na base da longa recessão e da crise política. A dívida pública é um sensível termômetro. Mas é mais do que um medidor dos desequilíbrios. Seu crescimento parasitário potencia a crise econômica e, assim, a crise política.

Apesar da forte redução dos gastos, que já vinha sendo feita por Dilma Rousseff, a previsão de que o déficit das contas da União será de R\$ 139 bilhões, causou grande alvoroço. O Ministério da Fazenda anunciou um bloqueio de R\$ 42,1 bilhões, a revogação da desoneração da folha de pagamento de grande parte dos setores que receberam as bondades de Dilma Rousseff e um possível aumento de impostos. As medidas de “reoneração” e de impostos não foram recebidas de braços abertos pelos capitalistas da indústria. É bem possível que ainda sob o governo golpista, que como tal contou com ampla unidade burguesa, acirrem os choques de interesse entre as frações mais poderosas dos capitalistas.

A unidade burguesa diz respeito essencialmente às reformas da previdência e trabalhista. É com o sacrifício dos explorados que a burguesia pretende administrar os desequilíbrios econômico-financeiros. Somente há unidade entre as frações capitalistas em se tratando do incremento da exploração e proteção da lucratividade. A dívida pública do Brasil semicolonial se constituiu historicamente e se agigantou em benefício da classe capitalista e, em particular, do capital financeiro imperialista. Passou a ser um fator estrutural das crises econômicas e políticas. É por meio dela que o capital financeiro exerce influência preponderante no seio do Estado e sobre os governos, seja à direita ou à esquerda.

As reformas da previdência e trabalhistas não dão resultados imediato. Não servem, portanto, para o governo Temer equilibrar os fatores em desequilíbrio. O alto déficit nas

contas públicas é uma de suas consequências, que deve ser resolvida em função das necessidades parasitárias do capitalismo em decomposição. As medidas de contenção de gastos atingirão, no entanto, o orçamento da saúde, educação e outros serviços sociais. Não sendo suficiente, o governo está obrigado a aumentar impostos, cujas consequências também recairão sobre as massas na forma de redução salarial e de desemprego. A fração industrial se sente prejudicada tão somente pelo fato de uma maior parte da mais valia produzida, ou seja, do excedente de valor criado pela força de trabalho, ser transferida ao capital financeiro.

É nessas condições que os explorados começam a se movimentar contra as reformas antinacional e antipopular. É o que indicaram as manifestações de 15 de março. Quanto mais amplas, unitárias e radicais forem as mobilizações dos explorados, mais se chocarão com a burguesia, com o governo golpista e com o Congresso Nacional. Em meio aos conflitos de forças, que vão dos atritos interburgueses aos choques da população oprimida com a burguesia, é que se move o governo. É o que explicam as manobras em torno da Lei da Terceirização e das demais reformas.

A burocracia sindical procura acompanhar o jogo do poder, que se reflete e se concretiza no Congresso Nacional. Temer acaba de anunciar outra versão sobre a Terceirização. Já não aceita a discussão do projeto do Senado. Sancionará o que foi aprovado na Câmara Federal e depois, se necessário, enviará uma Medida Provisória para colocar um emplasto sobre a violenta lei da terceirização. Seguir as ações do governo, para mobilizar os trabalhadores, como tem feito a burocracia sindical, é o mesmo que empurrar as reivindicações e a luta para o despenhadeiro.

É preciso tomar uma decisão clara e urgente: ir às fábricas, aos locais de trabalho, aos bairros, às escolas e as ruas convocando os explorados para a greve geral; realizar urgentemente assembleias de acordo com um plano único de luta contra o governo golpista e suas reformas; formar os comandos de mobilização unitária, locais, regionais e nacional; lançar uma carta de reivindicações ao governo e à burguesia, cujas reivindicações devem ser encabeçadas pela revogação da lei e da Súmula da Justiça do Trabalho que impõem aos assalariados o regime de terceirização. A bandeira de “Não pagamento da dívida pública”! deve fazer parte da carta de reivindicações e ser amplamente explicada, propagandeada e agitada.

Nada de seguir as manobras do governo e dos deputados! Organizar a luta no campo da independência de classe!

O que é preciso para derrotar Temer?

A pergunta diz respeito à possibilidade do movimento de resistência às reformas antinacional e antipopular sair vitorioso ou derrotado. As condições para quebrar a espinha dorsal da política montada pelo ministro Henrique Meirelles estão dadas. É certo que grande parte da burguesia está com o governo golpista, principalmente sua fração mais poderosa do Sudeste e Sul. Devem ser incluídas as multinacionais que expressam internamente os interesses do imperialismo. As frações oligárquicas do Nordeste e Norte parecem mais divididas. Há aquelas que seguem o curso das frações do Sudeste e Sul. Mas se devem considerar as frações, cujos interesses regionais colidem, em muitos aspectos, com as determinações do capital financeiro e industrial que armam a política nacional a partir dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Na base das diferenças, estão o desenvolvimento desigual, os desequilíbrios regionais, a distribuição de recursos da União e as disparidades sociais. De maneira que o severo “ajuste fiscal” e as duras “reformas” em andamento não atingirão igualmente todos os entes federativos. Sua função é a de proteger o grande capital, constituído pelo sistema financeiro, industrial, fundiário e comercial.

O capital financeiro e industrial dita de conjunto as medidas traçadas pelo governo golpista. É do interesse do capital financeiro um “ajuste fiscal” que garanta a sustentação da gigantesca dívida pública que ultrapassou a casa dos R\$ 3 trilhões e a insuportável carga de juros e amortizações.

É peça fundamental do ajuste, a reforma da previdência. O capital industrial está diretamente envolvido com a Lei da Terceirização e uma completa reforma trabalhista. Pressiona para que haja uma generalizada redução no valor da força de trabalho. O capital imperialista, que se faz por passar como nacional, é responsável por desencadear a flexibilização capitalista do trabalho, que leva à reforma trabalhista.

Está aí a radiografia resumida das forças burguesas e da proteção de interesses que resultam em violentos ataques à vida da maioria. A imposição desses interesses atingirá as frações mais débeis da burguesia nacional, vinculada à agricultura, ao comércio e mesmo ao pequeno industrial, embora a reforma trabalhista lhes seja favorável. O problema está em que, de conjunto, essas medidas empobrecem as massas e bloqueiam o desenvolvimento econômico, o que influenciará negativamente sobre os pequenos capitalistas e agravará as disparidades regionais.

A classe operária está contra as reformas. Entende perfeitamente seus objetivos nefastos, uma vez que sente na carne o desemprego, a intensificação da exploração e a perda de direitos. As camadas mais pobres da classe média já se dão conta do que significou apoiar o impeachment de Dilma Rousseff. Um indicador de desconfiança foi o rotundo fracasso da manifestação domingueira convocada pela direita (“Vem Prá Rua”, “Movimento Brasil Livre”, etc.), no dia 26 de março, de apoio disfarçado ao governo golpista.

O que possibilitou a derrubada do governo petista foi exatamente a campanha de denúncia de corrupção e a espetacular ação da Operação Lava Jato. Temer e grandes nomes que encaibaram o impeachment são farinha do mesmo saco do “petro-

lão”. Não foi possível à Polícia Federal e à Procuradoria limitar as investigações ao PT. Para pegá-lo por todos os lados, foi preciso que os burocratas, políticos e empreiteiras envolvidos diretamente no escândalo da Petrobrás dissessem mais do que interessava à Lava Jato. Está, agora, nas mãos do STF, uma enorme lista de parlamentares envolvidos na venalidade.

Por mais que se tenha procurado proteger o presidente usurpador, está claro para os explorados e, principalmente, para a classe média instruída, que a corrupção é ampla e irrestrita. A burguesia, por sua vez, procura justificar a blindagem de Temer. É o preço que deve pagar para impor as reformas. Não importa, no momento, o fato de que seja tão impopular. O trabalho sujo precisa ser feito.

As condições da crise econômica e política levaram ao golpe e possibilitaram ao ministro Meirelles, ex-presidente do Banco Central, colocado no alto cargo pelo ex-presidente Lula, lançar uma ofensiva contra as massas sem precedentes. É evidente que o governo que cumpre essa tarefa está mergulhado na crise política, que não foi superada com a defenestração de Dilma Rousseff.

As massas estão contra Temer; e a burguesia o sustenta. A maioria explorada rejeita as reformas e a minoria exploradora as impõe por meio do governo golpista. Certamente, não se trata de um bloco compacto. A classe média conta com importantes camadas que não aprovam o governo, mas se mantêm alinhadas aos movimentos da burguesia e dos partidos da frente golpista. O que conta, no entanto, é a existência de uma tendência geral de condenação das reformas, seja na forma passiva, seja na ativa.

Então, o que é preciso para derrotar Temer? Notam-se as seguintes condições: a política de colaboração de classes da burocracia sindical, do PT e dos aliados não foi desmontada com o golpe, pelo contrário, prossegue sob o governo usurpador; o divisionismo sindical promovido pela burocracia é um grande obstáculo no caminho dos explorados; o PT passou para a oposição e seu caudilho Lula continuam a inspirar ilusões eleitorais em amplas camadas da população oprimida; setores da classe média urbana vêm protagonizando lutas (funcionalismo, professores e estudantes, principalmente), mas a classe operária ainda se acha em posição de recuo.

O ataque generalizado à maioria oprimida desenvolve entre as massas a necessidade de se unirem em torno de bandeiras comuns, como as de “Abaixo a Lei da Terceirização!” e “Abaixo as reformas da previdência, trabalhista e ensino médio!”. Caso se lancem à luta, chegarão às bandeiras como “Não pagamento da dívida pública”, “Em defesa dos empregos, pela escala móvel das horas de trabalho e controle operário da produção”.

Na situação, a luta revolucionária se concentra na defesa da unidade dos explorados, da constituição de uma frente única sindical, classista e democrática, da convocação de assembleias em toda parte, da formação dos comitês de base locais, regionais e nacional. Unificar os explorados em torno das reivindicações que as opõem ao governo, ao Congresso Nacional, à burguesia e ao imperialismo. Criar as condições sindicais e políticas, bem como os meios para o proletariado ir à greve geral e arrastar consigo a maioria oprimida.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org

Dia 31 de março

Derrotar a ofensiva ditatorial da burguesia, Temer e Congresso Nacional

Está claro que a decisão de impor a terceirização, a reforma da previdência, trabalhista e do ensino médio desconhece a rejeição da maioria trabalhadora. Governo e Congresso Nacional se colocaram por cima do País, apoiados somente na classe capitalista brasileira e externamente no imperialismo. A classe operária, os camponeses pobres e a classe média urbana arruinada, que formam a maioria, nada podem influenciar no curso de decisão do governo nascido do golpe de Estado. Michel Temer não tem de prestar contas sequer aos eleitores. Seu mandato presidencial foi decidido por uma frente partidária oligárquica, em um Congresso Nacional divorciado das necessidades mais elementares do povo.

A burguesia optou por interromper o mandato de Dilma Rousseff por entender que o governo de colaboração de classes do PT já não lhe servia. A frente minoritária burguesa pelo impeachment cassou o votou de mais de 50 milhões de brasileiros, em sua grande maioria de pobres e miseráveis. Essa medida antidemocrática teve um claro propósito, embora sem que milhões pudessem entender no momento da cassação do governo petista: o de implantar por cima das massas as brutais medidas, que há muito a burguesia nacional e o imperialismo vinham exigindo.

O projeto de terceirização que acaba de ser aprovado é da época de Fernando H. Cardoso. Desde lá também vêm as “reformas” da previdência e trabalhista. Depois do fim da ditadura militar, porém, a burguesia e seus governos ditos democráticos não encontraram condições sociais e políticas para enfiar garganta abaixo dos explorados medidas antipopulares tão draconianas.

O esgotamento do governo pseudo reformista do PT – imerso nos escândalos de corrupção – e o desencantamento de amplas camadas da classe média e operárias, nas condições de profunda recessão, abriram caminho para o golpe e para a imposição do programa econômico de ataque às relações trabalhistas, constituídas desde o governo nacionalista de Getúlio Vargas. Foi necessário que as sucessivas crises políticas, que ocorreram desde o final da ditadura militar, dessem lugar a um governo de conciliação de classes, representado pelo PT, e finalmente a um golpe de Estado, para que um governo ditatorial implantasse o mais plenamente possível as reformas antinacional e antipopular.

Apesar do governo de Temer estar envolvido até a medula na corrupção e viver sobressaltado pela crise política, a burguesia o mantém em pé para cumprir sua função ditatorial, mascarada pela constitucionalidade e pelo funcionamento “normal” do Congresso. Ainda que o regime político não pareça alterado, sem dúvida, com o golpe, se instaurou um período de exceção. Não foi necessária a volta da ditadura militar para que o governo exercesse a função ditatorial de impor ao País e à sua maioria trabalhadora um retrocesso social e trabalhista de tão grande proporção.

O período de conciliação de classes, sob a responsabilidade do PT e aliados, criou as condições e aplainou o caminho para a constituição de um governo de exceção voltado a impor às massas e ao País as reformas antinacional e antipopular há tempo planejadas no seio do poder econômico e político da burguesia.

É com esse tipo de governo e com o forte alinhamento da burguesia brasileira ao imperialismo que nós, os explorados, confrontamos. Significa que somente com a organização da classe operária e com um poderoso movimento da maioria oprimida é possível quebrar a espinha dorsal das reformas capitalistas e pró-imperialistas. Está posta a greve geral. Mas esta depende dos sindicatos e centrais se colocarem por uma frente de combate nacional ao governo, à classe capitalista e ao imperialismo. As reivindicações estão absolutamente claras: “Abaixo a Lei da Terceirização, as reformas da previdência, trabalhista e do ensino médio!” “Em defesa dos empregos, dos salários e das condições de vida da maioria trabalhadora”.

Essas reivindicações, sem dúvida, unem as massas contra o governo golpista, o Congresso Nacional e o patronato. São esses os ataques que as atingem imediatamente e que têm fermentado um grande descontentamento nas fábricas, em outros locais de trabalho, nos bairros pobres e nas escolas.

O Partido Operário Revolucionário trabalha pela constituição de uma poderosa frente única sindical, classista e de massa, para vencer o governo golpista e autoritário de Temer. É necessário rejeitar o oportunismo eleitoral. Nada de dividir os explorados com lançamento de candidaturas. Nada de usar a revolta dos explorados contra o governo ditatorial de Temer para preparar o terreno da disputa presidencial em 2018.

A tarefa é a de unir a classe operária, os camponeses, a classe média pobre e a juventude oprimida contra as reformas antinacional e antipopular. É assim que os sindicatos, centrais e organizações estudantis poderão impulsionar uma frente única pela greve geral. É preciso passar do palavreado à organização do movimento.

Há muita desconfiança entre os explorados nas direções burocráticas e na influência que o PT tem sobre os sindicatos. É preciso superá-la por meio das reivindicações, das assembleias democráticas, da formação de comitês e da clara posição de que se luta pela derrubada da terceirização e das demais reformas reacionárias. As manobras de convencimento de parlamentares e de mudança nos projetos para amenizá-los contribuem para aumentar a desconfiança. O contrário dessa política, deixando transparente o objetivo da luta, disseminará a confiança entre as massas. O que elevará sua consciência classista e motivará sua organização independente.

As manifestações do dia 15 de março serviram para mostrar o descontentamento da população. Mas não foram suficientes para direcionar o movimento para a greve geral. Este dia 31 é muito importante para a sua continuidade. O fracasso da manifestação domingueira da direita, no dia 26, de apoio ao governo Temer, por sua vez, indicou que boa parte da classe média já não está com o governo golpista. Está sentindo o gosto amargo e o mau cheiro do golpe.

A luta consequente contra as reformas trará para o combate uma imensa parcela que se desencantou do PT. O governo, o Congresso Nacional e a burguesia sentirão o impacto das mobi-

lizações caso estas ganhem unidade e projeção em todo o País.

Certamente, com o avanço da luta contra as reformas será colocada na ordem do dia a defesa dos empregos e salários. Os explorados verão a necessidade de defender um programa de reivindicações, entre as quais estarão o salário mínimo vital, escala móvel das horas de trabalho, o controle operário da produção, o não pagamento da dívida pública e outras. O momento é de mobilizar e organizar amplamente um movimento unitário das massas, sob a direção da política proletária. É de a vanguar-

da trabalhar pela independência de classe dos explorados. É de convocar as assembleias, formar os comitês de combate, ganhar as ruas, conquistar a confiança nos objetivos e ter em mente a possibilidade de derrotar nas ruas e com a greve geral o governo golpista, a ditadura civil de Temer.

Toda força às manifestações do dia 31! Edificar a confiança nas nossas próprias forças! Rejeitar os desvios parlamentaristas e eleitoreiros! Pôr abaixo as reformas antinacional e antipopular de Temer, do Congresso e da burguesia parasitária!

Declaração do Partido Operário Revolucionário

Burguesia, governo e Congresso Nacional impõem a terceirização

A aprovação definitiva da Lei da Terceirização inicia a reforma trabalhista exigida pelos capitalistas. De agora em diante, os exploradores da força de trabalho poderão dispensar as contratações próprias. Não mais se distingue a terceirização das atividades meio e fim. A contratação de mão-de-obra através de empresas de terceirização foi uma grande descoberta dos economistas e administradores do capital para rebaixar os salários e precarizar as relações trabalhistas, podendo fraturar direitos, como férias e 13º salário, manejar a jornada de trabalho e burlar acordos coletivos. Está constatado que os trabalhadores terceirizados recebem em média 1/3 do que recebem os contratados diretamente pelas empresas. Está claro que a implantação geral da terceirização provocará uma desvalorização ainda maior da força de trabalho. Não bastando isso, amplia-se a instabilidade no emprego. A rotatividade, que já é grande, se agravará. As empresas que necessitam da força de trabalho qualificada poderão conservar o extremamente necessário. No entanto, também estarão sob pressão da redução geral do valor da força de trabalho.

O projeto aprovado foi arquitetado no governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), 1998. Em 2000, foi aprovado na Câmara dos Deputados e, em 2002, pelo Senado. A enorme rejeição da maioria oprimida ao governo Fernando Henrique Cardoso, o agravamento das divisões interburguesas diante da política antinacional e antipopular do PSDB e a ascensão do PT retardaram a definição final do Projeto de Lei 4302. A destituição do governo de Dilma Rousseff e a constituição de um novo governo nascido do golpe criaram as condições políticas para a sua aprovação.

Um governo ditatorialmente imposto ao País e um Congresso Nacional comprometido com o golpe de Estado desconhecaram o descontentamento dos assalariados e chutaram o traseiro das Centrais sindicais. Por 231 votos a favor; 188, contra e 8 abstenções, o Congresso da burguesia ataca profundamente velhas conquistas trabalhistas. Em meio à palhaçada do PT, PCdoB e opositores de ocasião, com seus patos amarelos parodiando o pato da Fiesp pelo impeachment de Dilma, o governo e a Câmara Federal golpistas simplesmente passaram por cima das mais elementares leis trabalhistas, que o capitalismo teve de instituir pela pressão da luta de classes e para seu próprio desenvolvimento industrial. A pantomina dos patos serviu para mostrar a demagogia, a hipocrisia e a impotência dos reformistas. Sob seus pés, as centrais sindicais não fizeram senão bufar e lamentar a falta de discussão e negociação.

Em nota oficial – assinada pela Força Sindical, CUT, UGT, CTB, Nova Central e CSB – a burocracia sindical das mais va-

riadas cores, dos golpistas aos ex-governistas, se uniram para chorar sobre o leite derramado. Vieram a público para dizer que “reiteram todos os esforços de mobilização dos trabalhadores, mas afirmam estar abertos à negociação”. Prometeram realizar uma greve geral como forma de renegociar o projeto de lei. Em seguida, os líderes do Senado e da Câmara se reuniram para encenar um novo capítulo. Prometeram recolocar no Senado o projeto de lei de 2015, sob a alegação de que é mais atual e menos ofensivo aos trabalhadores.

Exatamente por se ter negociado e se submetido ao Congresso Nacional, por tantos anos, é que se chegou à aprovação final do PL 4302. O que faltou não foi negociação. Faltou precisamente erguer a classe operária e os demais assalariados contra a burguesia, o Congresso Nacional e governo de plantão.

Em particular, a posição da CUT é a mais vergonhosa, já que a Força Sindical cumpre claramente um papel de auxiliar de qualquer que seja o governo do momento. A Executiva Nacional cutista revelou, em sua nota “Mais um golpe contra os direitos dos trabalhadores”, que tinha um acordo, selado em 13 de março, com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para “suspender a votação do PL 4302 por pelo menos 30 dias”. Agora, acusa o político da burguesia e homem de confiança do governo golpista de “não honrar o compromisso assumido com as centrais”. Os burocratas achavam que seria possível negociar a não votação do projeto de lei da época de Fernando Henrique Cardoso e sim um substitutivo montado pelo senador Paulo Paim/PT. O parlamentar, por sua vez, jocosamente pede ao presidente golpista que vete o PL aprovado. Está claro que o jogo realizado no Congresso Nacional serviu para a burocracia pleitear uma regulamentação da terceirização que ficasse no meio do caminho. Tal trâmite é típico da política dos reformistas de pressão parlamentar. O seu apego às instituições “democráticas” da burguesia conclui em traição aos interesses da classe operária e demais explorados. É o que estamos assistindo e vivendo diante da ruptura das leis trabalhistas, que bem ou mal davam alguma proteção à força de trabalho. A decisão dos líderes do Congresso Nacional de pôr urgentemente em votação o PL montado no Senado servirá a novas manobras. Está claro que somente um levante nacional dos explorados deterá a terceirização.

Lembremos que diante do atraso na aprovação final do projeto de lei da terceirização, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu legislar, aprovando a Súmula 331. Considerou legal a contratação terceirizada para o que se denominou atividade-meio. Aí se abriu a porta para a implantação e expansão da terceirização.

É o que permite o burguês Paulo Skaf, presidente da Fiesp, ter a segurança em dizer que “O trabalho terceirizado é uma realidade no País”. De fato, a terceirização avançou enormemente. O balanço desses anos de sua implantação é catastrófico: chegou-se a 12 milhões de terceirizados, que corresponde a 20% das carteiras assinadas; o tempo médio de permanência no emprego é de 2,6 anos; recebem 27% a menos que os trabalhadores formais; 80% das mortes por acidente de trabalho incidem nos terceirizados.

Apesar dessa tragédia a céu aberto, as centrais e seus respectivos sindicatos se adaptaram, expressando os interesses dos capitalistas. Essa conduta foi um sinal à classe operária de que não haveria reação por parte dos sindicatos contra a Súmula do TST, apesar de contestarem verbalmente. Esperaram que a terceirização paras-se por aí ou então que se aprovasse um projeto de lei mais ameno, como preconizou Paim e que agora está servindo para se fazer uma conta de chegada e facilitar a sanção pelo governo Temer.

Uma vez implantada a terceirização nas atividades-meios, era questão de tempo para se chegar à atividade-fim. Ocorre que essa medida não constitui um fato isolado. É parte da flexibilização capitalista do trabalho, que é mais geral. As burocracias direitista e reformista capitularam diante dos ataques sucessivos aos empregos, às jornadas de trabalho e aos salários. O Sindicato Metalúrgico do ABC tem sido pródigo em realizar a flexibilização capitalista do trabalho, em nome da política de que é mais vantajoso para os trabalhadores negociar do que lutar. Assim, assinaram os acordos malditos dos PDVs, Lay-off, redução da jornada com redução de salários. O Programa de Proteção ao Emprego (PPE) foi parido pela colaboração entre o sindicato e as montadoras. De forma que o governo Dilma regulamentou a flexibilização capitalista do trabalho. E o governo golpista deu continuidade com o nome de Programa Seguro-Emprego (PSE).

A crise econômica destruiu em pouco tempo 3 milhões de postos de trabalho. A burocracia sindical fechou os olhos para os milhões de demitidos. Não esboçou nenhuma reação contra essa violenta medida de proteção ao capital. Tomando de conjunto a flexibilização capitalista do trabalho, é possível entender e julgar com propriedade a traição da burocracia sindical aos interesses gerais e fundamentais do proletariado. Agora, os burocratas se viram diante da aprovação de uma Lei da terceirização arrasadora, que poderá inclusive fragmentar ainda mais os sindicatos e reduzir o seu poder de negociador. É com a “negociação” que as direções sindicais corrompidas têm audiência no meio burguês, governamental e parlamentar. É por meio dela que se realiza a conciliação de classes e se disfarçam as traições. Esta é a principal preocupação dos burocratas da CUT, Força Sindical, CTB, etc.

A “Nota Oficial das Centrais Sindicais sobre o Projeto da Terceirização” pede negociação e não revogação do maldito PL 4302. Por baixo, já ocorria a negociata. Votar-se-ia na Câmara dos Deputados e em seguida se retornaria ao Senado. Temer assim teria a opção de manejar os dois projetos e montar um novo, de acordo com as conveniências políticas do momento. Tudo

estava devidamente tratado nos bastidores. Tudo indica que o presidente do Senado, Eunício Oliveira, colocará para votação o projeto de 2015. A discussão se dará em torno da extensão da terceirização às atividades fins. Paulo Paim é o relator. Procura amenizar as consequências da terceirização. Caso seja aprovado o projeto com as alterações de Paim, resta ainda a decisão final de Temer, que, como mostramos, terá dois projetos para manipular. É preciso, portanto, rechaçar as manobras dos parlamentares, do governo e da própria burocracia venal.

O que representa exatamente a terceirização? Representa o aumento da taxa de exploração do trabalho. Eis por que os salários dos terceirizados são menores e suas jornadas estafantes. O que incide sobre direitos trabalhistas como 13º salário, licenças, etc. Não basta mostrar as consequências. É preciso ir à causa última. A burguesia – diante da crise de superprodução, da guerra comercial, da recessão, estagnação ou baixo crescimento, da queda média da taxa de lucros e do agigantamento do parasitismo financeiro – procura formas de diminuir o custo da força de trabalho, de explorá-la mais e de passar por cima de velhas conquistas do movimento operário.

O que representa exatamente a total rejeição à terceirização? Representa a defesa da força de trabalho contra o aumento da exploração. O que exige ir à causa última da escravização dos trabalhadores pela classe capitalista. Por essa via, a classe operária responderá à desintegração do capitalismo e a consequente barbárie social. Não se curvará diante das políticas e medidas tomadas pela burguesia e seus governos para descarregar a sua crise sobre os ombros da maioria explorada. Não se pode admitir qualquer retirada de direitos trabalhistas conquistados pelo proletariado nacional e mundial. Não se pode tolerar qualquer ataque às condições de existência das massas. A terceirização já demonstrou a que veio. Não é preciso mais nenhuma demonstração de que expressa brutal retrocesso nas relações trabalhistas. A pobreza, miséria e fome já existiam antes da terceirização. Vão ser ampliadas. Ou o proletariado se coloca por derrubá-la integralmente ou se verá diante do avanço da barbárie.

Está colocada a organização da greve geral. Uma verdadeira greve que pare o País e coloque as massas nas ruas. Para isso, é preciso assumir e levantar a bandeira de “Abaixo os PLs da terceirização da Câmara e do Senado!”, “Fim da terceirização na atividade meio!”, “Efetivação de todos os terceirizados”. Nesta luta, unir efetivos e terceirizados em um só movimento em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. Opor à flexibilização capitalista do trabalho a flexibilização operária do trabalho: a escala móvel das horas de trabalho (divisão de todas as horas de trabalho disponíveis entre todos os trabalhadores, sem redução de salários). Nada de negociata no Congresso Nacional! Convocar assembleias em todos os sindicatos, bairros operários e escolas. Constituir comitês de luta contra as reformas antinacional e antipopular do governo golpista. Constituir uma sólida frente única sindical, classista e revolucionária!



Reformistas (PT, PCdoB e UJS) boicotam a luta contra a Reforma da Previdência e Trabalhista no Litoral Norte

No dia 23/03 foi criado, em uma reunião que ocorreu na Sub-sede do Sindipetro em São Sebastião, o Comitê do Litoral Norte contra a Reforma da Previdência e Trabalhista. A importância do Comitê havia sido debatida e aprovada em uma plenária ocorrida no interior da Agência ocupada do INSS pelo ato unitário dos portuários e servidores municipais de São Sebastião no dia 15/03. Impulsionam o Comitê: o Fórum dos Sindicatos do Litoral Norte; os sindicatos Sindipetro LP, Sindeserv de São Sebastião, Sinsprevi SP e Siproem; a OAB de São Sebastião, a Associação de Amparo as Mulheres Sebastianenses e a Associação de Moradores de Camburi; os partidos POR, MAIS, Luta Socialista, PDT, além de professores do município, do Estado e estudantes.

Ficou claro que o PT, PCdoB e a UJS - que se organizam na região e dirigem o importante Sindicato da Construção Civil (Sintricom), a APEOESP e o DA do IFSP -boicotaram o lançamento do Comitê. A direção da UJS já havia boicotado esta luta quando se colocou ao lado da direção do IFSP que censurou um debate que ocorreria neste Instituto no dia 07/03 com o tema “As refor-

mas da Previdência e Trabalhista, o que as mulheres têm a ver com isto?”. A direção majoritária da APEOESP só se juntou ao Comitê, de maneira tímida, após uma reunião de Representantes de Escola ter votado que o sindicato se juntasse ao Comitê.

Mas qual a razão deste boicote?

Estes partidos boicotam o Comitê e as lutas contra as reformas da Previdência e Trabalhista porque não conseguem no interior das atividades defender a sua linha eleitoreira de “Lula 2018”! Qualquer menção destes ao governo “progressista” do PT é rapidamente combatida pelo movimento.

O Comitê tem a tarefa de unificar os sindicatos, movimentos sociais e organizações do Litoral Norte para que estes contribuam com a derrota das reformas do golpista Governo Temer nas ruas. Defende a acertada linha de que não derrotaremos estas medidas com abaixo-assinados, pressões ao Congresso, CPIs, pela Justiça ou qualquer outro método de luta indireto. Só a ação direta das massas será capaz de por abaixo estes duros golpes!

A farsa da cassação de Temer

Os envolvidos no julgamento da ação impetrada pelo PSDB, que pede a cassação do mandato de Dilma e Temer, apresentada logo após as eleições de 2014, não fazem nenhum esforço para ocultar o embuste. O ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Herman Benjamin, deixou transparecer que pedirá a cassação. A sua decisão irá para o plenário. Alguns ministros adiantaram que vão votar contra. Argumentam que seria um desastre econômico para o País. A desestabilização política prejudicaria o andamento das reformas. A economia começa a se recuperar, etc., etc. Essa ponderação deu combustível para a imprensa golpista armar a campanha de defesa de Temer.

A comprovação de que o vice de Dilma esteve metido até o nariz nas transações com as empreiteiras é absoluta. Mas, segundo a frente burguesa golpista, é preciso evitar “incertezas”, afinal Temer e seu ministro Henrique Meirelles estão acertando os passos do Brasil rumo à volta do crescimento, dos empregos, etc., etc... Agora, é hora das reformas, que há anos vêm sendo feitas aos pedaços, por Fernando H. Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. É uma chance de ouro para completá-la. Chance que não se deve desperdiçar.

Um governo eleito enfrentaria as mesmas dificuldades dos governos anteriores. Temer é fruto de um golpe. Para sair da condição de vice para presidência da República, foi necessária a constituição de uma grande frente partidária burguesa. Assim, o não-eleito, o usurpador, tem a enorme vantagem de contar com o compromisso da maioria dos parlamentares com as reformas antinacional e antipopular, bem como com o compromisso das mais poderosas frações capitalistas e da imprensa monopolista. Se Temer fosse cassado a 21 meses do término de seu mandato edificado sobre o impeachment de Dilma Rousseff, tomaria seu lugar um novo preposto vindo do Congresso Nacional, o que interromperia o frenético processo de reformas. Em nome da economia e dos empregos, burguesia, promotores, juízes e imprensa monopolista advogam que as investigações, levadas

a cabo pela Operação Lava Jato e a lista de Janot, não devem se sobrepor à estabilidade política, uma vez que dela depende a aprovação das reformas da previdência e trabalhista.

O jornal O Estado de São Paulo, no seu esperto editorial “Os fatos e o bom senso”, teima em fazer a distinção entre o processo de cassação do mandato de Dilma Rousseff e, agora, o de Temer pelo TSE. No primeiro caso, a derrubada do governo petista foi para salvar o Brasil. No segundo, a manutenção a qualquer custo do presidente corrupto, para salvar o Brasil. Estamos diante de um perfeito exemplo que demonstra que a burguesia, seus políticos, instituições e porta-vozes não se importam de fato com a corrupção. Sempre, sem exceção, os escândalos dessa natureza servem às disputas interburguesas em torno do poder do Estado. E nunca uma das partes está isenta dos mesmos crimes. É assim porque a corrupção é inerente ao Estado e, portanto, à política burguesa de conjunto.

Dilma Rousseff foi derrubada por meio de um processo baseado em um alibi jurídico (crime de responsabilidade fiscal). No entanto, a via de aparente legalidade constitucional somente se tornou possível com a campanha da Lava Jato e com as manobras políticas das instituições empenhadas em condenar Dilma e o PT por corrupção. As investigações do juiz Sérgio Moro em nada comprometeram a presidente. No entanto, toda base política do impeachment se constituiu do entrelaçamento da manobra jurídica no Congresso Nacional em torno do crime de responsabilidade fiscal com a condenação pública do PT como sendo o grande responsável pelo sistema de corrupção estatal. Tudo quanto era arbitrariedade que se poderia praticar contra os petistas foi usada: descarados vazamentos muito bem calculados, prisões coercitivas a despeito da lei e até mesmo escutas das comunicações da presidente da República. Agora, vêm condenações severas dessas mesmas práticas somente porque o alvo é o PMDB (o PSDB tem sido poupado pela Lava

Jato). Na lista do Janot, ficou de fora o presidente golpista. O PSDB correu a retirar a queixa contra o vice de Dilma, passando a apontar o dedo somente para a petista, que já não tem nada a perder, a não ser a elegibilidade.

Se, por um acaso, o plenário do TSE for favorável à cassação de Temer. A mixórdia irá para o STF que poderá jogar o julgamento para as calendas gregas. Mas já está preparado um jogo para evitar surpresas. O ministro Napoleão Nunes anunciou que pedirá vistas ao processo. Suspende-se a decisão por um tempo. Nesse ínterim, os juízes Henrique Alves e Luciana Lóssio, dois votos possivelmente alinhados a Herman Benjamin, se aposentarão. Dois nomes ligados ao governo estão engatilhados para a substituição.

O juiz peessedebista Gilmar Mendes, homem de proa do golpe, mexe com os pauzinhos para que tudo termine em nada, quando muito tornar Dilma inelegível. Temer entrou com uma ação para separar seu nome do de Dilma. Até nisso o homem faz traquinagem. Como o desligamento do processo entre a presidente e o vice, eleitos em 2014, seria para lá do descaramento, a melhor solução será não condenar ninguém. Temer continua com o mandato golpista e Dilma, a elegibilidade. Esse é o retrato da situação, que pode sofrer algum retoque, mas que

difficilmente será alterado em sua configuração geral.

O golpe de Estado e a constituição de uma ditadura civil, portanto, um governo de exceção, apesar de nascer em crise e não poder assumir plenamente sua fisionomia ditatorial, marcou e marca profundamente a situação política. Os explorados estão obrigados a procurar um caminho de defesa de suas condições elementares de existência. Não há outro senão colocar-se em movimento contra o governo golpista e suas reformas antinacional e antipopular.

É preciso combater os desvios que objetivam canalizar a revolta das massas ao beco sem saída da moral burguesa de suposta correção da venalidade e da limpeza da podridão, das ilusões na assepsia da Lava Jato e das bandeiras da disputa eleitoral burguesa. A defesa da constituição de um Tribunal Popular, nascido das lutas e a elas subordinado, é obrigatória para responder aos crimes de corrupção da burguesia, dos governos, dos parlamentares, dos juízes, dos procuradores e dos partidos da ordem (entre eles, o PT). As manobras para livrar Temer do processo da Lava Jato e da condenação pelo TSE constituem violação da ordem jurídica e crime de proteção ao um governo que desfecha violentos ataques à economia nacional e à vida da maioria oprimida.

Pernambuco

31 de março em Recife

O dia nacional de manifestações contra a lei da terceirização, reforma trabalhista e da previdência, na capital pernambucana, iniciou com bloqueios na BR 101, organizados pela Frente Povo Sem Medo. Pela tarde, houve uma concentração na Praça do Diário e, por mais que a convocatória tenha unido as Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo não havia acordo sobre o trajeto a seguir. A burocracia cutista queria um trajeto curto e de pouco impacto no trânsito, mas prevaleceu a via defendida pela Povo Sem Medo. A marcha cruzou a cidade do fim da tarde até o início da noite, parando a avenida Conde da Boa Vista e dispersando na Praça do Derby.

Foi forte a tônica eleitoreira em torno do “volta Lula”, inclusive um militante do PCB teve sua fala interrompida aos gritos por militantes lulistas que não admitiam críticas ao PT. Foi possível fazer uma fala em um dos carros de som expressando a política do POR de defesa da frente única em torno das reivindicações para pôr abaixo as reformas antinacionais e antipopulares do governo golpista de Temer. Foi enfatizado que temos de confiar em nossas próprias forças e preparar a greve geral convocando e exigindo das direções as assembleias nos bairros, locais de estudo, canteiros de obras e fábricas. O método da ação direta foi defendido como necessidade dos piquetes, greves e outros métodos operários. Desta vez, diferentemente da marcha de 15 de março, as categorias operárias estavam ausentes. Mesmo assim, foi uma manifestação multitudinária.

O POR atuou com a distribuição de um manifesto, além da

distribuição do Nossa Classe Pernambuco e alguns exemplares do boletim secundarista, entregues à juventude que ocupou escolas no ano passado e segue nas ruas.

Organizar o comitê de luta na federal

Na UFPE, têm sido realizadas aulas públicas por DAs e oposição sindical da ADUFEPE o que tem também possibilitado a expressão da política porista de defesa da unidade dos explorados, empregados e desempregados, efetivos e terceirizados, jovens, aposentados, mulheres, negros, camponeses e indígenas em defesa das condições de vida. A tarefa imediata é a de erguer o comitê contra as reformas antinacionais e antipopulares de Temer. O sindicato dos técnicos já aprovou a formação do comitê contra a reforma da previdência. A ADUFEPE dirigida pela delegada do PCdoB organizou um



almoço no dia 31. Num momento em que cresce a necessidade da resposta unitária aos ataques de Temer aos trabalhadores em geral e à educação, com ameaça de privatizações mais diretas e profundas, a direção propõe que o sindicato saia do ANDES-SN. A oposição tem feito campanha contra e apontado os interesses carreiristas e aparelhistas por trás desta manobra. Mais uma vez não houve assembleia docente para decidir a paralisação e adesão ao ato. Apenas em 6 de abril haverá uma, cuja pauta é a greve geral.

Seguiremos na defesa da frente única sindical em torno das reivindicações mais sentidas das massas para pôr abaixo as reformas e o governo golpista de Temer.

Fortaleza

Greve na rede municipal contra reajuste zero do prefeito Roberto Cláudio (PDT/PC do B)

A categoria iniciou a greve dia 15 de março, votando na assembleia do dia 08 do mesmo mês a adesão à Greve Nacional do magistério convocada pela CNTE (contra a PEC da reforma da previdência). Os professores estiveram presentes no ato do dia 15, convocado pelas centrais, mas, a maioria esmagadora das escolas não aderiu ao movimento paredista que esteve marcado, entre outras atividades, por vigílias inócuas no aeroporto a fim de pressionarem os deputados federais do estado a votarem contra a PEC.

O ponto alto do fraco movimento grevista esteve no ato marcado para o Paço Municipal, onde se esperava a audiência entre Prefeitura e direção do Sindiute. O resultado da audiência foi que o Prefeito Roberto Cláudio, integrante da oligarquia dos *Ferreira Gomes* (hoje no PDT) pretende impor não apenas o arrocho salarial (zero de reposição) sobre a categoria como retirar direitos (Licença prêmio, Vale Refeição para quem ganha acima de R\$ 6 mil). A prefeitura deixou claro que pretende atacar as condições de trabalho de parte do professorado ao impor a volta à sala de aula de trabalhadores em educação que estão, há anos, readaptados por problemas de saúde. Mas do que isso, seus decretos, que atacam os readaptados, pretendem atingir o em cheio os professores substitutos (temporários), demitindo-os.

Diante da recusa do prefeito em atender as reivindicações; da baixíssima adesão dos professores à greve e da orientação da CNTE de que a greve nacional seja transferida para maio (acompanhando o calendário de votação da PEC), a direção ma-

joritária do Sindiute (Articulação Sindical) passou a preparar, embora com receios, o fim da greve. Verbalmente, se dizia pela continuação, preparando na prática seu fim. Na assembleia da categoria, que apenas iniciou dia 27/03 (em seguida foi suspensa pela forte chuva e adiada para o dia seguinte 28/03), ficou visível a todos pelo tom do informe dado pela presidente do sindicato que a direção majoritária preparava o encerramento. O PSTU-Conlutas se dividiu e aventou a proposta de declarar abstenção, mudando depois de posição para a defesa da greve. A corrente *O Trabalho* (OT) se inclinou pela suspensão do movimento. O POR se posicionou, desde o dia 24, pela continuidade da greve e trabalhou no seio da oposição para fortalecer a ideia de sua manutenção. Defendeu que era preciso, antes de mais nada, saber como a categoria se comportaria diante do anúncio oficial do reajuste zero por parte da prefeitura.

A continuação da assembleia, realizada no dia seguinte em local fechado, contou com quase o dobro professores e aprovou a continuação da greve praticamente por unanimidade. Todas as demais correntes, e até mesmo a direção majoritária, se colocaram, dessa vez, pela continuidade da greve. A categoria, porém percebeu a mudança de posição da direção majoritária. O vacilo foi bem aproveitado pela oposição para desgastar a corrente Articulação. A tarefa daqui pra frente será ganhar as escolas para a adesão, sem a qual não será possível arrancar nenhuma migalha dos governos que agem abertamente para defender os capitalistas da crise, sacrificando os explorados, como o magistério.

Fortaleza-CE

Ato do dia 31 de março reúne 10 mil nas ruas

Houve, neste 31/03, um comparecimento massivo ao ato convocado pelas Centrais e movimentos sociais. A concentração ocorreu, tal como no dia 15, na Praça da Bandeira no centro. Diferentemente da última manifestação, o comparecimento de setores operários e de camponeses foi quase inexistente, sendo dominado pelas classes médias, especialmente professores, trabalhadores da saúde e estudantes. O ato transcorreu pelas ruas do centro, fechando o comércio, como da última vez. Encerrou na Praça do Ferreira com parte da burocracia sindical defendendo o “Volta Lula” em 2018.

A Fetamce e a CUT falaram na imprensa do ato como um “esquenta” para a Greve Geral de 28 de abril. A burocracia sindical tem reagido tardiamente à grande pressão das massas que querem combater as reformas malditas do governo Temer. O massivo comparecimento de hoje indica que permanece a disposição de luta entre os explorados do estado, o que não impede que a CUT/ PT/PCdoB manobrem à vontade com as datas e evitem um conflito decisivo.



A ausência da classe operária é cada vez mais sentida; a burocracia sindical, que a dirige, faz questão de não mobilizá-la e fixa horários e dias, para os atos de rua, que dificultam a sua participação. Trabalhadores têxteis, portuários, metalúrgicos,

da construção civil etc. que estão entre os setores operários com maior importância no estado são normalmente deixados de lado.

O POR convocou os explorados nas escolas públicas a virem ao ato; também mobilizou seus simpatizantes e contatos, mas errou ao não ter ido às fábricas. Atuou no ato formando um bloco com militantes e apoiadores que levantou as bandeiras de: “abaixo as reformas malditas”, “Greve Geral para derrotar o governo Temer” e “Por um Governo Operário-Camponês”. Distribuiu panfleto e combateu a política de colaboração de classes. A árdua tarefa continua sendo a de se potenciar para arrancar os trabalhadores em geral, da influência deletéria e traiçoeira da burocracia do PT, PCdoB e correntes esquerdistas eleitoreiras.

Burocracia, com apoio de correntes oposicionistas, suspendeu a greve

No dia 15 de março, os professores estaduais aderiram à greve nacional convocada pela CNTE. A assembleia foi gigantesca, mais de 30 mil professores. Duas posições estiveram em choque: 1) a da burocracia, apoiada pela maioria das correntes de oposição (MAIS, PCB e grupos do PSOL), que propôs a suspensão da greve. E o seu início no dia 28, com assembleia no dia 31 de março; 2) a defendida pela Corrente Proletária/POR, PSTU, setores independentes e dois agrupamentos do PSOL, que propuseram a continuidade da greve e a unidade com os municipais, que já estavam em greve. Venceu a proposta da burocracia.

No dia 28, começou a greve sem assembleia. A maioria dos comandos adotou o discurso de que era uma greve de 4 dias, encerrando no dia 31 de março. Nesta mesma semana, as centrais sindicais aprovaram nova manifestação para 28 de abril. Isso deu combustível para que os defensores da suspensão utilizassem o discurso de que era preciso recuar e acatar a decisão das centrais.

Os professores, por sua vez, não sentiram confiança na condução da greve. A vanguarda paralisou. Uma parte se juntou aos comandos unificados com os municipais. Foram realizados atos conjuntos, inúmeras reuniões com pais e estudantes. Assim, o dia 31 contou com paralisação de muitas escolas e com uma assembleia massiva.

Novamente, repetiu-se o ocorrido no dia 15 de março. A direção da Apeoesp e a maioria das correntes de oposição (MAIS, PCB, PSOL, etc.) se colocaram pela suspensão da greve. Como estão atrelados ao calendário de votação da reforma da previdência no Congresso Nacional, avaliaram que a greve teria de ser longa e os professores não “aguentariam”. E que a saída era voltar ao trabalho e continuar a pressão aos deputados. Por outro lado, a Corrente Proletária, PSTU e outros agrupamentos menores defenderam a continuidade da greve, mostrando o erro de suspendê-la no dia 15 e não a unificar com os municipais. Denunciou a política de pressão parlamentar e a submissão ao calendário dos corruptos do Congresso Nacional. O PCO usou o seu tempo para defender Lula e sua proposta de realização de um ato massivo em Curitiba, no dia 3 de maio, quando do depoimento de Lula na Polícia Federal. E para falar do processo contra Rui Costa Pimenta pelo fato de convocar a manifestação em Curitiba. A maioria da assembleia votou com a proposta da burocracia de suspensão da greve.

Uma greve que começou para ser de 4 dias, dificilmente modificaria seu curso. Uma greve submetida às disputas e manobras do Congresso Nacional em torno do dia de votação da reforma da previdência dificilmente teria força de romper com essa política de pressão parlamentar. Por sua vez, os setores que se opuseram não tiveram força e tempo para percorrer as escolas e demover essas ilusões, muito fáceis de serem assimiladas pelos professores.

Infelizmente, a maioria dos setores de Oposição se embocou com a burocracia petista. Procurou se diferenciar unicamente no

ponto sobre as eleições sindicais. Tanto no Conselho Estadual, quanto na assembleia, defendeu o adiamento das eleições com o discurso de que é preciso jogar todo peso nas mobilizações e não na disputa eleitoral. A burocracia, com sua “esperteza”, usou os estatutos do sindicato para dizer que não colocaria o ponto em votação na assembleia e, assim, procedeu. O PCO serviu para transmitir (na assembleia) a proposta da burocracia de que “caso houvesse necessidade (luta), as eleições poderiam ser mudadas”. Não houve reação por parte dos professores, que foram saindo para a caminhada até a Praça da República. Com a greve suspensa, a caminhada não passou de mais um protesto contra as reformas de Temer, com a presença das frentes eleitorais do PT, como a do Povo sem Medo.

Reproduzimos abaixo o boletim da Corrente Proletária de defesa da continuidade da greve e da unidade com os municipais

Aprovemos a continuidade da greve Uma só greve: municipais e estaduais Somente a ação grevista unificada nacional poderá derrotar as reformas do governo golpista

Não podemos cair nas manobras de Temer

- 1) Temer não recuou quando anunciou a retirada dos servidores estaduais e municipais da reforma da previdência;
- 2) Não se trata de vitória do movimento de 15 de março. É simplesmente uma manobra para facilitar a aprovação da reforma previdenciária.

Manobras vieram à tona

Pouco dias após o anúncio de retirada dos servidores públicos estaduais e municipais, a máscara do golpista Temer caiu. Disse que incluirá na proposta oficial um ponto, que é o prazo de seis meses para os governadores e prefeitos aprovarem a reforma de seus servidores. Caso não cumpram, fica valendo a reforma aprovada no Congresso Nacional. Alertou: as reformas da previdência dos estados e municípios devem estar em consonância com a que será aprovada em nível federal. Ainda mais: disse que os governos não podem aprovar regras mais leves, porque

precisam cumprir as metas da PEC do teto dos gastos. Lembrou, ainda, que os estados logo mais deverão pagar suas dívidas com a União.

Na realidade, as manobras, que visam a desmobilizar os servidores que lutam contra a reforma da previdência, trazem um complicador negativo a mais, que é a divisão (fragmentação). Tentam separar os servidores dos trabalhadores em geral. Por meio da divisão, procuram enfraquecer a luta que ganhou as ruas com mais de 1 milhão de manifestantes, no dia 15 de março.

***A vanguarda paralisou.
Uma parte se juntou aos
comandos unificados com
os municipais. Foram
realizados atos conjuntos,
inúmeras reuniões com
pais e estudantes. Assim,
o dia 31 contou com
paralisação de muitas
escolas e com uma
assembleia massiva.***

Não se deixem enganar

A reforma da previdência de Temer tem de ser derrubada integralmente. Não cabem emendas. Não cabe projeto substitutivo. Os trabalhadores/servidores não precisam de reforma da previdência. Precisam, sim, derrubar as reformas que foram feitas por Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma. Todas retiraram direitos e dificultaram as aposentadorias. O que os trabalhadores precisam é de empregos, de salários dignos para manter uma família e de uma aposentadoria estatal sob o controle operário. E que nenhum aposentado receba menos que o salário mínimo vital de R\$ 4.600,00. Precisa, sim, pôr fim à previdência privada.

A reforma da previdência tem de ser rejeitada com os métodos da ação direta. Nada de submeter a luta dos trabalhadores ao calendário dos quadrilheiros do Congresso Nacional. Nada de dar trégua ao governo golpista e ao Congresso fantoche. Não se deixem enganar com promessas e discursos vazios.

Suspender a greve e esperar a votação da previdência no Congresso?

Foi um erro suspender a greve no dia 15 de março, quando os professores da rede municipal já tinham aprovado a sua continuidade. Foi um erro esperar uma semana e iniciar a greve no dia 28. Agora, será um erro ainda maior suspendê-la para aguardar o calendário de votação no Congresso Nacional.

As decisões de assembleia não podem estar presas às disputas parlamentares, às supostas pressões aos deputados e à disposição do corrupto Rodrigo Maia, que preside a Câmara de Federal. As decisões de assembleia devem estar apoiadas na necessidade de pôr abaixo a reforma, no descontentamento dos professores, na unidade com outros setores e na independência do movimento frente ao governo e ao Congresso. Essas são as razões para continuar a greve e fortalecer a unidade com os municipais, com os estudantes e com os explorados em geral.

Sabemos que é fundamental a presença da classe operária, parando a produção e se colocando em luta com os setores que já estão em greve. A suspensão da greve é um banho de água fria nas mobilizações que vêm ocorrendo em todo o país.

A greve é também contra Alckmin

A greve é pela reposição imediata dos salários, salas de aula com no máximo 25 alunos, contra a lei da terceirização e pelo fim das resoluções malditas que penalizam e desempregam. É em defesa da estabilidade dos professores categoria O

As paralisações do dia 8 e 15 estiveram voltadas contra as reformas do governo Temer. Pouco se falou da luta pelo salário, emprego e estabilidade dos professores. Nossa greve tem de se colocar pela reposição salarial, pela redução do número de alunos por sala (não mais que 25 alunos), pelo emprego a todos os professores e em defesa dos professores contratados, exigindo a estabilidade.

A experiência já mostrou que negociação sem greve não força o governo a responder às reivindicações. Basta ver o que ocorreu

com a negociação do dia 22 de março, não se conseguiu nada. Mas também vem mostrando a importância de dar um passo à frente na democracia sindical, elegendo, na assembleia estadual, o comando geral da greve e a comissão de negociação. Este é um passo fundamental no sentido de quebrar as desconfianças que uma parcela de professores tem com a condução do movimento grevista.

A Lei da Terceirização atinge a educação Combatê-la por meio da greve

Temer segue firme impondo medidas exigidas pelo grande capital nacional e imperialista. O PL 4302, da época de Fernando Henrique Cardoso, que expande a terceirização para todo tipo de atividade, foi aprovado. As centrais e sindicatos não organizaram a luta para combatê-lo, com os métodos próprios da classe operária. Ficaram nos discursos e se limitaram às pressões parlamentares; portanto, são responsáveis pela derrota sem luta dos explorados.

Sabemos o quanto tem sido prejudicial a terceirização, imaginem agora que se a libera para todos os serviços. Na escola, a terceirização já existe para os serviços de cozinha e limpeza. Ago-



ra, estende até para a contratação de professores. Sabemos que os terceirizados são mais explorados, recebem menos, têm direitos reduzidos, estão sujeitos à maior rotatividade e dificilmente poderão alcançar uma aposentadoria. A Lei da terceirização é parte da reforma trabalhista.

A assembleia deve aprovar a luta para pôr abaixo a Lei da Terceirização.

Unidade grevista dos municipais com os professores estaduais

Aprovação de um chamado à Afuse para que convoque assembleia e se coloque em greve juntamente com os professores

Que se aprove um chamado às centrais para a convocação da greve geral

Que se aprovem os métodos da ação direta para pôr abaixo as reformas e medidas dos governos Temer/Alckmin como a única via para a defesa das reivindicações dos trabalhadores

Burocracia do Sinpeem impõe o fim da greve

A assembleia contou com cerca de 15 mil trabalhadores municipais. Após o retorno da comissão de negociação, o posicionamento das correntes foi o seguinte: Compromisso e Luta defendeu de forma velada o fim da greve. Considerou que os municipais estavam isolados, após a decisão da Apeoesp de encerrar a greve. Que o prefeito Dória não pretende fazer votar o Sampaprev. Que aceitou conversar sobre o aumento do piso salarial e PDE. Que pagará os dias da greve mediante reposição. Concluiu que o recuo era para construir a greve geral do dia 28/4. No entanto, deixou a cargo da corrente O Trabalho e do agrupamento Democracia e Luta a defesa do fim da greve.

O restante da Oposição (Mais, FOS, PSOL, Conspiração, PSTU) defendeu a continuidade da greve. A assembleia se dividiu entre as duas posições: suspensão e continuidade da greve. Com uma diferença pequena, a burocracia encerrou o movimento grevista.

Trajatória da greve

A greve da Educação municipal de São Paulo começou dia 15 de março. Contou com um período de preparação, que remonta ao último congresso do sindicato, em outubro do ano passado. De lá até março, foram realizadas reuniões de representantes de escola e de conselheiros. Em janeiro, a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) aprovou um calendário de lutas, apontando o dia 8 como dia de paralisações e realização de assembleias em todo o país, indicando o dia 15 como início da greve nacional. O Sinpeem acatou essa proposta.

Começada a greve, a primeira assembleia de avaliação foi no dia 21 e a seguinte no dia 27. Todas essas atividades tiveram participação massiva. No dia 15, em particular, a presença dos municipais foi ainda maior, em razão do apelo da unidade geral dos trabalhadores. Os índices de paralisação das escolas se mantiveram elevados o período todo. As eventuais baixas em uma escola eram compensadas pela adesão em outra. A pauta se mostrou ajustada: contra o brutal ataque dos governos sobre os direitos e condições de existência da maioria nacional oprimida.

Os comandos permaneceram ativos e até uma manifestação ao sábado (25/03) foi realizada, por pressão das comunidades, que reivindicavam um espaço para se integrarem à luta.

O apoio dos pais e mães tem sido um elemento distintivo. Isso por que o governo geralmente logra dividir o movimento dos trabalhadores, fazendo campanha colocando a população contra o movimento grevista. Dessa vez, não teve êxito. Tem sido comum as reuniões de esclarecimento concluírem com salvas de palmas.

A mobilização, que começou conjuntamente com a dos professores estaduais (Apeoesp), passou por um momento de relativo isolamento até o dia 28 de março. “Relativo”, pois havia greve da educação em outros estados. Mas, do ponto de vista da proximidade, a unidade estado-prefeitura tinha tudo para fortalecer mutuamente as lutas. O desencontro se deu pelo fato da assembleia da Apeoesp do dia 15 ter aprovado o início da greve só no dia 28. A proposta defendida pela Corrente Proletária na Educação nas duas assembleias foi de iniciar dia 15.

A linha política que esteve por detrás da indicação do dia 28 tem um significado que precisa ser devidamente avaliado. A direção majoritária da Apeoesp (corrente Articulação Sindical/PT), juntamente com outras correntes, inclusive da oposição, apostou na política de pressão parlamentar. Esse setor dizia se diferenciar da Força Sindical, que aponta para a necessidade de apenas alguns reparos. A Articulação/PT encabeçou uma aliança tácita de correntes, que acreditava na possibilidade de derrotar a PEC 287 nos dias de votação, “pressionando” os parlamentares a votarem “não”.

O governo, percebendo a orientação do movimento sindical, adiou a votação, revelando o equívoco da decisão de iniciar a greve dia 28. A Corrente Proletária na Educação alertou a categoria para esse perigo. Indicou que a luta devia ser pela retirada do projeto, o que não dependia de qualquer calendário de votação no Congresso Nacional.

Apesar desse problema, a greve dos municipais prosseguiu. A experiência do dia 15 criou uma expectativa positiva dos trabalhadores em favor da unidade com os outros setores, rompendo o corporativismo que vem das direções e costuma impregnar as bases. Dessa vez, os comandos de greve tiveram de responder ao problema da unidade em cada visita às escolas. Tiveram de informar sobre as reuniões das centrais sindicais e conversar com as comunidades. Esse elemento politizou a situação, uma vez que colocou a questão da mobilização em bases mais classistas.

No dia 21, não houve qualquer avanço na negociação com o prefeito Dória. Só quem avançou foram os comandos, fazendo a greve crescer. Chegando no dia 27, havia no ar a dúvida de uma parcela da categoria em relação à manobra do governo Temer, de supostamente retirar os servidores municipais e estaduais da Reforma da Previdência. A resposta coletiva veio na assembleia, com a negativa da categoria, que decidiu manter a greve. Tampouco deu certo a enrolação da gestão municipal, que recebeu a comissão de negociação e só apresentou as “mesas setoriais” para “estudar” os itens da pauta da greve.



A burocracia sindical tem expressões de linguagem que são um insulto às mentes dos professores: “não rejeitar as propostas do governo” ao invés de dizer “aceitar”

Durante todo esse processo, a ausência de qualquer proposta real por parte dos governos praticamente inviabilizou as manobras rebaixasadas costumeiras da burocracia sindical, liderada pelo vereador do PPS, Cláudio Fonseca. O mesmo se pode dizer da Unidade da Oposição, que em momentos anteriores teve algumas de suas correntes (trata-se de uma unidade frentista) vacilando e se colocando do lado da direção majoritária. Nessa greve, houve pouca necessidade de reunir a frente, pois não existiram grandes divergências práticas. As diferenças políticas mais gerais foram aparecendo, entretanto, conforme a greve foi se estendendo. Não demorou para aparecerem os discursos assinalando a necessidade de um “recuo tático”, com a hipótese de apostar nas “paralisações pontuais em unidade com os outros setores”.

A Corrente Proletária tem respondido que, para chamar outros setores à luta, é necessário estar lutando. Os dias de mobilização, chamados de “esquentar” pelas direções, na verdade são baldes de água fria. A indicação de realizar a greve geral no dia 28 de abril foi recebida com enorme decepção pelos trabalhadores de escola. Esperava-se uma greve geral por tempo indeterminado o mais breve possível. E é justamente essa a defesa da Corrente Proletária na Educação: criar as condições para a greve geral, erguendo os movimentos grevistas a partir dos estados e



municípios, empreendendo iniciativas de unidade regionais. Trata-se de ir concretizando a política de pôr em pé uma frente única sindical nacional, ao redor das reivindicações dos explorados, combinando a defesa dos empregos, salários e dos direitos, contra as reformas reacionárias. Uma frente única que se oriente pela mais ampla democracia sindical, com independência de classe.

Rondônia

Balanço da greve nacional da educação em Rondônia

A greve iniciada em 15 de março, parte da luta nacional contra a reforma da previdência e parte das mobilizações dos trabalhadores da educação do estado e da prefeitura de Porto Velho por suas reivindicações, foi quebrada pelo já antigo discurso de “suspensão da greve” com a mesma antiga mentira de “estado de mobilização”. Assim, os trabalhadores de educação do estado inteiro, dirigidos pelo Sintero, voltaram para suas escolas depois de suas semanas parados sem absolutamente nada.

A greve da educação contra a Reforma da Previdência do estado de Rondônia já iniciou com tempo determinado, o que

demonstrava que a burocracia do sindicato nunca acreditou de fato na luta. No dia 08/03, em assembleia, houve inclusive uma tentativa de aprovar paralisações em dias alternados, mas, sob a pressão da base, a burocracia teve de recuar, obedecendo também a decisão nacional da CNTE, cujos burocratas ainda não haviam apontado o fim do movimento. Segundo informações da própria burocracia do Sintero, no período, a greve no interior do estado teve adesão de 90% e, na capital, atingiu 70% de escolas paralisadas, o que era evidente indício que os trabalhadores da educação tinham fôlego e disposição para manter a greve, não só pela Reforma da



Faixa dos professores nas manifestações de 31 de março

Previdência como por suas reivindicações específicas, tanto na rede municipal de Porto Velho quanto na rede estadual.

No decorrer do movimento grevista, principalmente na capital, a paralisação foi aumentando pelo trabalho realizado pelo comando de greve, o que, de um lado, evidencia que estávamos no momento de ascenso, e, de outro, que o movimento poderia sair do controle da burocracia, que começou a reclamar dos gastos da mobilização. O que mostra o caráter traidor e venal desses dirigentes.

O presidente do sindicato viajou a Brasília e chegou no dia 27/03 dizendo que a CNTE orientava pela suspensão da greve em função de o governo ter adiado a votação da Reforma da Previdência. No dia 28/03, a burocracia trouxe caravanas de todas as regionais para a manifestação e para tratar da negociação da pauta de reivindicações dos servidores de educação do estado e fazer o desmonte total da greve que estava forte.

As reivindicações dos servidores municipais da educação da capital foram deixadas de lado, apesar do brutal ataque que o prefeito vem impondo sobre os trabalhadores do município em geral, principalmente os trabalhadores da educação. Sobre a questão central, que é a retirada dos quinquênios, a prefeitura disse que só se pronunciaria em maio. Cada vez mais enrola os trabalhadores com a conciliação da burocracia sindical.

Intervenção da Corrente Proletária da Educação (CPE) na manifestação do dia 28 de março

A CPE interveio defendendo que a greve não poderia acabar sem que o governador e o prefeito atendessem as reivindicações dos trabalhadores e mostrou a importância dos trabalhadores municipais da educação permanecerem em greve até resolver o problema dos quinquênios, pois significava a defesa da carreira e dos salários.

Mostramos também que a greve dos municipais já estava



forte quando foi suspensa para dar uma trégua ao prefeito até o dia 15/03 e essa trégua demonstrou que foi uma farsa. Não houve resposta, só embromação. E que agora a burocracia do sindicato indicava que deveríamos esperar até maio, o que significava traição, pois essa é uma tática bem conhecida pela base, quebrar o movimento e impor a medida, que, no caso, é o fim dos quinquênios.

Reforçamos que não podíamos encerrar a greve sem uma resposta definitiva do prefeito com relação ao pagamento dos quinquênios atrasados e a revogação da lei de retirada do quinquênio dos 13 mil servidores. Apontamos que sem luta perderíamos esse direito histórico.

Chamamos a atenção que só existia esse caminho, ou enfrentávamos seriamente esse ataque com as atividades paralisadas ou iríamos perder! Vacilar agora, recuar agora, seria entregar nossos direitos aos nossos algozes que nos embromam sempre, repetindo antigas táticas políticas que coagem os trabalhadores para retornarem aos postos de trabalho sem conquistas das reivindicações.

Sobre os companheiros estaduais

A CPE também alertou com os mesmos argumentos que o ataque aos trabalhadores atingirá até mesmo aqueles que estão para nascer no seio da classe dos explorados e mostrou que os trabalhadores da educação do estado também precisavam permanecer em greve para que o governo atendesse à pauta de reivindicação de 2017 e que o governador conseguiu aumentar a alíquota de cobrança da previdência e que não houve nenhum enfrentamento por parte da categoria. Além de não vir o aumento salarial, viriam mais descontos nos parcos salários.

Sobre as demais reivindicações, mostramos que o governo golpista de Temer quis adiar a votação para enfraquecer o movimento grevista no país. Não podíamos permitir que a greve acabasse! Tínhamos de manter a greve por tempo indeterminado até que nossas reivindicações fossem atendidas.

A PEC 287/2016 da reforma da previdência e a reforma trabalhista que consolida a flexibilização do trabalho ao aprovar a terceirização representa um crime de classe. A burguesia quer que os trabalhadores morram nos postos de trabalho para zerar gastos na previdência. Sem contar que, ao aumentar a idade para a aposentadoria, significa abrir menos postos de trabalho gerados pela vacância daqueles que se aposentam. Isso irá aumentar ainda mais o desemprego no meio da juventude.

Mostramos que sem unidade nacional para construir uma greve geral de todas as categorias trabalhistas, o governo e seu parlamento se encontrariam de mãos livres para o ataque às condições de vida e trabalho da juventude e dos trabalhadores de todas as camadas.

Apesar dessas defesas e mesmo da revolta de setores em greve, a burocracia conseguiu aprovar a suspensão sem que nada fosse alcançado. Mais um violento crime das burocracias sindicais contra a vida das massas.

Funcionários da USP aprovam o Banco de Horas

No dia 28 de março, a assembleia geral do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) aprovou o Acordo Coletivo que estabelece o banco de horas na universidade. A direção votou em sua maioria a favor da aprovação da medida; houve a abstenção do MRT e um diretor independente votou contra. A Corrente Proletária defendeu desde o anúncio do Acordo proposto pela reitoria em fevereiro que se tratava de uma chantagem que usava a necessidade de regulamentar a jornada de 12x36 horas na saúde e as compensações de horas de alguns setores para impor o banco de horas que, na prática, vai levar a mais horas de trabalho aos funcionários. Caracterizamos também que se tratava de uma medida de transição na direção da maior terceirização da USP, com consequente maior privatização.

A posição da direção, de apoiar o Acordo coletivo em nome da reivindicação do setor da saúde, é uma capitulação à reitoria. Se a USP tinha de regulamentar a jornada de saúde, deveríamos exigir que o fizesse, sem contrapartida, pois havia interesse da própria reitoria em fazê-lo. E mesmo que assim não fosse, jamais deveríamos votar numa medida de ataque ao conjunto por conta de benefícios a um setor, isso é corporativismo, oposto à luta revolucionária.

Se a maioria teve uma posição de adaptação a um setor corporativo, a posição do MRT é ainda pior, porque ocultou sua covardia em lutar contra o banco de horas na hipócrita e cínica posição de abstenção. Vale lembrar que na maior unidade da USP, FFLCH, os funcionários rejeitaram o acordo coletivo, com apenas duas abstenções (uma delas do diretor sindical do MRT). E, na Biologia, o acordo foi rejeitado por 27 votos a zero.

Ao contrário do Sintusp, a reitoria convocou amplamente os funcionários para a assembleia. A qual foi dividida por campus, de forma a dificultar o trabalho de oposição. Se a assembleia do campus Butantã aprovou o acordo por 364 a 162 votos, nos demais campi, onde a Corrente Proletária não atua, a votação foi praticamente unânime. Mas a expressiva votação geral e as votações na FFLCH e Biologia mostram que era possível construir uma forte oposição ao banco de horas. Bastava um empenho principista, que denunciasses esse instrumento como de maior exploração do trabalho e de desemprego.

Abaixo, o manifesto do POR contra o banco de horas (de fevereiro) e o boletim distribuído na Assembleia geral do Sintusp:

Boletim:

**Banco de horas é aumento de jornada!
Não temos de trabalhar a mais! A reitoria é que tem de contratar mais funcionários concursados!
Não ao ACORDO COLETIVO imposto pela reitoria!**

O acordo coletivo que a reitoria quer impor aos funcionários servirá à transição entre o serviço realizado hoje por funcioná-

rios públicos e o realizado amanhã por empresas terceirizadas – lembrando que a Câmara dos Deputados acaba de aprovar o PL 4302/1998 que institui a terceirização indiscriminadamente.

Os PiDVs e a provável demissão de mais de 5mil funcionários por meio do pacote do teto do fim da USP preparam o terreno para a terceirização. Ocorre que até a sua efetiva aplicação, os funcionários que restarem terão de trabalhar a mais para garantir o funcionamento mínimo da universidade. É por isso que o principal elemento do acordo é o *banco de horas*. A própria reitoria disse, em reunião da COPERT, que sem o banco de horas não haveria negociação de nenhum acordo. A reitoria chantageia o conjunto dos trabalhadores com a faca no pescoço dos funcionários da saúde, para impor o banco de horas, que é uma medida de aumento do trabalho, não pagamento de adicionais (como a hora-extra), não contratação e maior desemprego.

Não devemos aceitar a chantagem da reitoria! Se ela afirma ser possível regularizar a jornada de 12x36 horas, exigimos



que ela o faça já, sem contrapartidas! Rechacemos o banco de horas que serve à terceirização, não contratação e ao aumento da jornada! Defendamos a efetivação de todos os terceirizados! Defendamos o emprego e salário de todos, dentro e fora da universidade!

Como fica a Jornada de 12x36?

A reitoria manobra pressionando pela assinatura do acordo de modo a regulamentar a jornada da saúde de 12x36. Com isso, ela joga um setor dos funcionários contra outro. Há quem espere a “solidariedade” e sob esse argumento também defenda a assinatura do acordo. No entanto, sejamos solidários aos companheiros da saúde, mas não é necessário impor mais horas de trabalho aos demais por causa de um setor específico. O que temos de reivindicar é que a reitoria regule a jornada de 12x36, se assim for a vontade dos trabalhadores da saúde.

Sanção aos funcionários em caso de descumprimento do acordo: estaremos rendidos às chefias!

O próprio advogado do SINTUSP, Dr. Alceu, disse em assembleia que é totalmente possível sanção aos funcionários em caso de descumprimento do acordo. Especialmente durante os

180 dias de compensação das horas retroativas.

Fora isso, toda e qualquer compensação, seja das “pontes”, seja dos atrasos diários, deverá ser obrigatoriamente acertada com as chefias. O funcionário não poderá escolher como compensar suas horas. Caberá à chefia aprovar. A compensação poderá cair em dias que o funcionário não pode ou não quer estender o trabalho.

Além disso, aqueles que aceitarem a compensação, terão condições de aguentar jornadas de nove ou dez horas diárias?

Com isso, estaremos rendidos. Nossos chefes imediatos terão ainda mais poder sobre nós. Aumentarão a coerção diária e os assédios. E o que faremos? O acordo coletivo será o respaldo legal que defenderá nossos chefes. Ao extremo, poderá ser aberto um processo administrativo que levará à demissão por justa causa.

Aqui está o *acordo* que parece nos proteger, ou mesmo defender os privilégios de funcionário público, mas a verdade é que se trata de mais um ataque. Ninguém pune a reitoria pelo descumprimento dos acordos. Mas sobre o trabalhador recai todo tipo de punição.

Fim do reitorado! Por um Governo Tripartite

Os *acordos coletivos* e os *PiDV* são medidas que nasceram das fábricas. São aplicadas na universidade como expressão da ne-



cessidade da burguesia em valorizar seu capital, aumentando a exploração do trabalho assalariado. Essas medidas são trazidas para a universidade por meio do Conselho Universitário (C.O.), em cuja composição estão representantes da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), FAESP (Federação da Agricultura e Agropecuária do Estado de São Paulo) e Fecomércio SP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo). Desses organismos da burguesia derivam de maneira mais condensada e depurada as medidas privatistas.

Enquanto houver reitorado, ele expressará a política de destruição da universidade pública e gratuita, pois se trata de interesses inconciliáveis, entre os da maioria e os da minoria parasita. Por isso, a defesa de nossos empregos, salários e con-

dições de trabalho convergem para a defesa do **GOVERNO TRIPARTITE**. Um governo da maioria, composto pelos três setores e subordinado ao movimento por meio da **ASSEMBLEIA GERAL UNIVERSSITÁRIA**.

Somente com o controle coletivo da universidade por quem nela estuda e trabalha será possível colocá-la ao lado dos explorados contra os exploradores.

Fora Zago! Abaixo o reitorado! Por um GOVERNO TRIPARTITE!

Manifesto:

Banco de horas: as armadilhas do senhor reitor

A reitoria tem pressionado os funcionários e o seu sindicato (Sintusp) para que aprovem e se coloque em prática o quanto antes o banco de horas. No discurso, apresenta algumas supostas vantagens para tentar convencer a maioria a aprová-lo. Alertamos que qualquer aparente benesse será superada por perdas que podem chegar mais cedo ou mais tarde à perda do próprio emprego.

Por que Zago/Alckmin implantam o banco de horas?

A reitoria/governo vem aplicando desde 2014 uma política de forte ataque aos empregos e salários de funcionários da USP. Além do arrocho salarial, feito por reajustes abaixo da inflação, impõe o PDV e o fechamento/transferrência de cargos. Substitui gradativamente o trabalho do funcionário público pela contratação de empresas terceirizadas. Esse é um dos pilares da política privatista na USP, da aplicação do chamado “ajuste fiscal” ditado desde o governo federal (passando pelos estaduais) e está oposto pelo vértice à universidade pública e gratuita.

A demissão de quase um terço dos funcionários durante a gestão de Zago tem aumentado a carga de trabalho sobre os trabalhadores que ainda restam. E sua substituição por terceirizados não pode crescer tanto quanto gostariam o reitor e seus “amigos” donos das terceirizadas, por conta do corte dos gastos.

Assim, a proposta de banco de horas serve à reitoria para sustentar a política de demissões e terceirização. Para aumentar a carga de trabalho sem aumentar os gastos é que o reitor pretende impor o banco de horas.

Banco de Horas: elaborado nas multinacionais para impor a superexploração do trabalho assalariado

O banco de horas surgiu no final da década de 1990, quando as montadoras de veículos ameaçavam demitir dezenas de milhares de trabalhadores e reduzir a jornada com redução dos salários. O sindicato dos metalúrgicos do ABC (da CUT) defendeu a política que trouxeram da Alemanha para negociar com os patrões os direitos trabalhistas, no caso, o pagamento de 50% sobre as horas extras e impossibilidade de redução dos salários. Na época, os acordos firmados entre as montadoras e o sindicato ganharam o apelido de “acordos malditos”.

Em 1998, o banco de horas virou lei. Tornou-se um forte instrumento de aumento da exploração nas mãos dos patrões.

O banco de horas permite às empresas aumentar a jornada de trabalho, sem contratar mais gente para isso, e reduzi-la quando a produção diminui. Além disso, permite que não se pague 50% de adicional sobre as horas extras trabalhadas e demais direitos sobre esse trabalho.

Ou seja, os patrões ganham duas vezes: obtêm mais trabalho sem pagar a mais por isso, e economizam o adicional. Já os trabalhadores perdem duas vezes: não se contratam mais assalariados para compor a força de trabalho (aumentando o desemprego) e se perde dinheiro com o adicional não pago.

A aplicação do banco de horas na USP

Para impor seu banco de horas, a reitoria chantageia os funcionários com mais cortes de direitos. Onde ainda não existe ponto eletrônico, pretende instalá-lo. Sem banco de horas, efetivará descontos nos dias em que alguém se atrasar além do limite legal. Propõe-se a pagar a hora de almoço nas jornadas de 12/36 horas, mas não dará opção aos funcionários de receberem as horas extras trabalhadas e os respectivos adicionais. Propõe a compensação das pontes de feriados via banco de horas, ou seu desconto nos salários. E ainda vem com mais medidas (veja quadro).

Em resumo, pretende que os funcionários que ainda permanecem na USP tenham de trabalhar mais sem o correspondente pagamento de adicional. Somente no caso do banco de horas fechar o ano positivo ao funcionário é que se pagará 50% sobre esse saldo. As demais horas extras serão computadas como parte da jornada.

Na medida em que a reitoria consiga ampliar seus contratos com terceirizadas, ampliará as demissões “voluntárias”. No final das contas, o banco de horas servirá para preparar o terreno da demissão de cada funcionário que hoje o aceitar, e sua substituição por trabalho precário terceirizado.

O banco de horas é um mecanismo de maior exploração do trabalho e mais demissões em geral

Insistimos que é preciso fazer uma campanha contra o

banco de horas na USP. O Sintusp deve se pronunciar claramente contra esse instrumento de flexibilização capitalista do trabalho, que penaliza exclusivamente o assalariado. É preciso construir a maior unidade possível contra ela. Ainda que isso se choque com os interesses corporativos de uma parte da classe. Responder à chantagem da reitoria com mobilização contra cada ataque que ela ameace impor. Por exemplo, nossa resposta ao relógio eletrônico e desconto de ponto deve ser a luta e não um acordo em que cedemos direitos à burocracia universitária autoritária.

Não é só na USP que devemos rejeitar o banco de horas. Ele é um meio de não se contratar mais gente quando é necessário. Milhares permanecem no desemprego e na miséria por conta da aplicação dessa medida em diversos setores da economia.

Diante do aumento do desemprego, precisamos é exigir que se divida o trabalho disponível entre todos os aptos a trabalhar, reduzindo a jornada sem redução de salário. Isso é a escala móvel de trabalho, a flexibilização proletária do trabalho.

Estamos diante de ataques gerais a empregos, salários e direitos. O congelamento dos gastos públicos (PEC 55), as pretendidas reformas da previdência e trabalhista do governo golpista de Temer se colocam como meios de esmagar os assalariados para que paguem pela crise capitalista. É preciso unificar toda luta que se contraponha a essas medidas. Fazer campanha contra os ataques da burguesia e seus governos, convocar assembleias em todos os setores para discuti-las e aprovar reivindicações e métodos de luta que permitam combatê-las de forma unitária, rompendo o isolamento das lutas corporativas.

Não ao banco de horas!

Não à chantagem da reitoria!

Nem uma hora a mais de jornada! Hora extra trabalhada, hora extra paga!

Unificar as lutas para barrar o desmonte privatista da USP e as medidas antinacionais e antipopulares dos governos!

Nota sobre PCO

É visível o seguidismo de PCO ao PT e à Frente Brasil Popular (FBP). Sua direção nada faz para esconder. Nisto PCO é claro. Está convencido de que o PT e seus governos jogaram um papel progressivo. À esquerda, os petistas brecaram a ofensiva da direita, representada pelo PSDB e DEM, e favoreceram os trabalhadores. De forma que as reservas e críticas de PCO à conciliação de classes e às medidas de proteção aos capitalistas pesam pouco em sua caracterização do papel do PT. Teve o mérito de insistir que estava em andamento o golpe de Estado, ainda que inicialmente achasse que seria militar.

Em seu correto empenho de rechaçar o golpe, se pôs atrás do PT e da FBP. Inaugurou essa decisão participando no 1º de Maio da CUT, de 2016, quando há muito rechaçava e realizava sua própria comemoração. A burocracia cutista admitiu um pronunciamento de Rui Costa Pimenta, que clamou pela unidade em torno da defesa de Dilma Rousseff. Desse ponto em diante, PCO passou a ter um lugar cativo nas atividades da CUT, do PT e da FBP no que diz respeito à oposição ao governo golpista. A últi-

ma façanha ocorreu na manifestação do dia 15 de março, na av. Paulista. Antonio Carlos Silva teve o direito à palavra. O discurso de PCO, na essência, objetivou defender a bandeira de “Anulação do impeachment, já”. Seu panfleto conclui colocando que a tarefa central é a de “lutar contra o golpe e pela anulação do impeachment para botar pra correr a direita golpista”.

Na página 8 do jornal Causa Operária, 944, publica-se o discurso integral de Lula, sem fazer nenhuma crítica, nenhum reparo à vergonhosa demagogia. Em seu pronunciamento, depois de repetir os agradecimentos e os elogios às centrais e movimentos sociais, o caudilho conclui: “Esse povo só vai parar quando eleger um presidente democraticamente eleito, pelo voto popular”. Essas últimas palavras não incomodaram os defensores da volta de Dilma Rousseff, por meio da anulação do impeachment.

Não importa ao PCO o que fizeram de fato os governos do PT e o seu braço sindical. São irrelevantes os anos de colaboração de classes, o impulso à profunda burocratização dos sindicatos e as traições às reivindicações mais elementares dos explorados.

Não tem importância que Lula, os petistas e a burocracia cutista procurem passar uma borracha na reforma da previdência e na aceitação da terceirização nas chamadas atividades-meio, regulamentada por uma Súmula do Judiciário. Que relevância têm as privatizações disfarçadas de concessões? O que dizer do PPE de Dilma, montadoras e burocratas do sindicato metalúrgico do ABC? E sobre o envio de tropas brasileiras para intervir no Haiti, sob a égide da ONU e dos Estados Unidos? Certamente, de acordo com a política de PCO, não é o caso de perguntar sobre a adaptação da bancada parlamentar do PT ao governo golpista. Nada disso deve ser lembrado, porque auxiliaria a direita golpista e atrapalharia a luta pela volta de Dilma Rousseff, mediante uma medida legal de revogabilidade do impeachment.

Os ex-altamiristas – recordemos que ninguém sabe por que PCO rompeu com PO de Jorge Altamira – pretendem que os sindicatos, movimentos, o PT, a FBP e toda a esquerda trabalhem por mobilizar os explorados para obter do Supremo Tribunal Federal uma decisão pelo desmonte do impeachment. É nesse sentido que critica aqueles que estão pensando nas eleições de 2018 e aqueles petistas que acham que o impeachment já é “página virada”. Não, nada disso! PCO está convencido de que a luta contra o governo golpista está em pôr Dilma de volta na cadeira presidencial por meio de um giro contrário na roda do impeachment. É uma façanha incrível, pretendida pela direção de PCO.

A bandeira de “Abaixo o golpe”, quando o governo golpista está no poder há quase um ano, é, visivelmente, fora de tempo e lugar. A sua função de amparo à bandeira de revogação do impeachment chega ao absurdo. No editorial, “O sentido do golpe”, PCO procura dar ares dramáticos à ideia de que Dilma deve voltar ao poder. Advoga as eleições para o retorno de Lula e do PT ao poder, mas depois de afastar Temer. Alerta que as eleições poderão não acontecer. Se ocorrerem, “acontecerão no terreno dominado pela direita e a vitória da esquerda, por mais que Lula seja popular e realmente é, será muito difícil”. A conclusão é a seguinte: “É preciso derrotar os golpistas em primeiro lugar.” As mobilizações de rua contra o golpe levarão à derrota da direita e permitirão a volta da “esquerda”, no caso, a de Lula e PT. O objetivo democratizante consiste, em síntese: anular o impeachment, reaver a presidência da República a Dilma Rousseff e aí sim o País terá eleições livres do perigo de um golpe militar e Lula terá como usufruir de sua popularidade para vencer.

Na página 3, nos deparamos com uma explicação do porquê toda a esquerda deve defender Lula. Diz Antônio Carlos que o “PCO, de forma humilde e sem a criatividade da esquerda pequeno burguesa, se esforça por seguir as lições – testadas e aprovadas – dos mestres do socialismo científico (...)”. Refere-se a Marx e Engels citados em amparo à tese de que é preciso defender Lula do processo da Lava Jato, porque se trata de um “ataque ao conjunto dos trabalhadores e às suas organizações de luta”. Não defendê-lo, seria uma “clara traição à classe trabalhadora e à sua luta”. O raciocínio é o seguinte: Lula é “a maior liderança popular do País”. A sua prisão seria uma derrota para os explorados. “Com Lula esmagado, seria mais fácil impor as ‘reformas’ da Previdência, trabalhista e tudo o mais (...)”. “Com Lula fora do páreo eleitoral, seria mais fácil para a direita organizar eleições totalmente manipuladas (...)” O contrário seria: Salvar a maior liderança popular é garantir que as eleições não sejam totalmente manipuladas e dificultar a implantação das reformas. Lula,

salvo das garras da direita, seria candidato e poderia vencer as eleições. O que salvaria os explorados das garras das reformas. E PCO cumpriria seu dever de marxista de não trair a classe operária, dando-lhe nova oportunidade de recolocar Lula e o PT na presidência da República. Mas tem uma salvaguarda para esse objetivo: não estaria passando um “cheque em branco” a Lula; não estaria apoiando-o “eleitoral e nem mesmo politicamente”. Ocorre que o cheque em branco foi assinado antecipadamente no momento em que PCO oculta as traições de Lula e do PT ao proletariado e aos demais oprimidos; quando avaliza que o “esmagamento de Lula” pela direita é uma derrota do proletariado e quando considera que Lula como candidato é um antídoto às eleições manipuladas, etc.

É preciso rechaçar a cândida “humildade” de PCO, sua impostura diante de Lula e sua adaptação ao PT. O que diremos para milhões de explorados que votaram no PT e confiaram em Lula, diante do comprovado envolvimento com os capitalistas e, em particular, com as empreiteiras? Diremos que é tudo falso, que os petistas não têm nada a ver com as transações político-financeiras. Diremos que os milhões arrecadados dos empresários não têm importância para a política desenvolvida pelos governos petistas? Diremos que tanto pode servir indiferentemente à direita e à esquerda, ao PSDB e ao PT? Ou teremos de explicar que o PT se corrompeu, se prostituiu, na política burguesa e na condução do Estado capitalista? Como explicaremos a situação de Lula diante da Operação Lava Jato? Temos de desvinculá-lo dos demais políticos acusados? E o PT, temos de separá-lo do PMDB, PSDB, etc.?

Como se vê, pela posição desenvolvida em torno da defesa de Lula, PCO não dirá a verdade aos explorados. Separará os crimes apontados pela justiça burguesa que ligam Lula a Temer, Temer a Cunha? O POR diz e dirá com franqueza absoluta que Lula e PT se perderam na política burguesa. Devem ser rechaçados pela classe operária como traidores das suas mais elementares necessidades.

Dito isso, somos pela prisão de Lula, de Temer, de Cunha? Absolutamente, não! E por quê, se são processados e condenados sobre a base de provas? Por que os processos e prisões servem tão somente às disputas interburguesas e para ocultar a impossibilidade de erradicar a corrupção que é inerente à política burguesa. Os marxistas não se colocam por esse caminho. Então devemos ignorar a corrupção política? Absolutamente, não! A resposta é de classe. Não confundimos a moral revolucionária do proletariado, com a moral burguesa. Somente tem sentido lutar contra a corrupção burguesa se for para elevar a consciência socialista do proletariado e ajudá-lo a lutar e se organizar no campo de independência de classe. Este é o ponto essencial. Quem deve julgar Lula é a classe operária. Lula e o PT estariam dispostos a se submeter a um Tribunal Popular? Com absoluta certeza, nenhum partido e nenhum político da burguesia estão dispostos a se sujeitar a uma justiça que não seja a da sua própria classe.

PCO não se constitui como partido revolucionário, por isso não pode compreender e defender a bandeira de que cabe a um Tribunal Popular julgar Lula pelas acusações feitas pela burguesia e seus agentes. O que PCO faz é justificar os crimes do PT e de Lula no exercício da política burguesa. Esses crimes políticos na realidade foram contra a classe operária e as massas populares que confiaram no PT e em seu caudilho.

Nesta edição:

- Bolívia: Os marchistas chegaram a La Paz e se tornaram uma alavanca da mobilização das bases.
- Argentina: 6 de abril, paralisação nacional, convocada pela CGT, com a adesão das CTAs.
- Venezuela: Somente a classe operária pode derrotar a ofensiva do imperialismo e da reação burguesa latino-americana!
- Inglaterra: O atentado terrorista expõe a responsabilidade do imperialismo.

Artigos das Seções

Comitê de Enlace

pela Reconstrução

da IV Internacional



Bolívia

Os marchistas chegaram a La Paz e se tornaram uma alavanca da mobilização das bases

Vitoriosa paralisação e potentes mobilizações do magistério urbano nacional

Somente se pode compreender o desenvolvimento da mobilização do magistério urbano se o consideramos como parte integrante do conjunto do desenvolvimento da situação política, caracterizada pelo repúdio popular crescente da política antio-perária e corrupta do governo do MAS. Todos os dias, a Bolívia é palco de mobilizações. Os diferentes setores não encontram soluções satisfatórias a seus problemas e se chocam com o cinismo autoritário dos governantes empenhados em dividir o controlar as organizações do movimento operário e popular, recorrendo a torpes manobras para deslegitimar as direções que se chocam frontalmente com o oficialismo. É nesta situação que estourou a mobilização do magistério, inicialmente manipulada por setores oficialistas, procurando limitar setorialmente a luta, de forma a evitar a luta unitária pelo aumento dos salários, por melhoria dos ganhos dos aposentados e defesa da CNS.

O acerto da corrente revolucionária foi o de ter incorporado uma plataforma de luta muito mais ampla, objetivando, no processo, fundir a luta dos professores com as mobilizações dos outros setores. Ao mesmo tempo, levantou um muro de contenção para impedir que o oficialismo terminasse capitu-

lando durante o desenvolvimento da marcha de Caracollo a La Paz. Apoiados na radicalização dos marchistas, conseguiu frustrar, em vários momentos, a intenção de se breca a marcha e impedir que esta chegasse a La Paz em meio a uma potente mobilização popular.

No caminho, próximo a La Paz, diante da evidência de que o governo se fechava hermeticamente a qualquer tipo de contato com os manifestantes, se pensou no perigo de que os marchistas, ao voltarem sem ter conseguido nada, fossem tomados pelo desalento, o que influiria negativamente nas bases. Evidentemente, houve algumas manifestações dessa natureza nas pessoas que chegaram a La Paz e se puseram em vigília diante do Ministério da

Educação. No entanto, longe de se converter em um obstáculo à mobilização das bases, se transformou em uma força explosiva que impulsionou a paralisação de 24 horas, decretada na reunião ampliada da Confederação e que desencadeou uma impressionante mobilização em escala nacional.

Os oficialistas, dias antes da paralisação e diante da possibilidade do seu fracasso, expuseram sua decisão de desligar-se do movimento, descarregando toda responsabilidade sobre a



Moção de apoio à luta dos professores na Bolívia

Aos professores bolivianos em luta

Do Brasil, acompanhamos com viva atenção a mobilização dos explorados na Bolívia. Aqui, também estamos em luta contra as reformas da previdência, trabalhista e do ensino médio. Em toda a parte, a burguesia e seus governos descarregam a crise do capitalismo sobre a classe operária, a classe média empobrecida, os camponeses e a juventude oprimida. Não faz muito, os estudantes secundaristas ocuparam centenas de escolas em resposta à reforma do ensino médio, que é seletiva e discriminadora. No dia 15 passado, os explorados saíram às ruas contra as reformas antinacional e antipopular. Os

professores do município e do estado de São Paulo compareceram em massa. Mais de 40 mil se reuniram em assembleia. Os professores municipais aprovaram a greve. Tudo indica que o mesmo ocorrerá com os professores estaduais. Muito nos alegra que os professores bolivianos novamente saem em combate em defesa de suas vidas, da educação pública e contra o governo incapaz de enfrentar a burguesia e o imperialismo.

Saudações do Partido Operário Revolucionário do Brasil, da Corrente Proletária da Educação e da Corrente Proletária dos Estudantes Universitários e da Corrente Proletária Secundarista.

fração representada pela URMA. Achavam que tinha chegado a hora de sepultar o trotskismo e garantiam que o governo se encarregaria de esmagá-la como um inseto pestilento. A fração trotskista se viu em meio a um fogo cruzado. O governo intensificou uma milionária campanha publicitária e, internamente, o oficialismo se encarregou de culpar os radicais por terem obstaculizado as negociações no Ministério.

A paralisação e as manifestações configuraram o cenário da mobilização de diferentes maneiras. Está acontecendo o início de uma massiva e radical incorporação das bases do magistério a um processo de mobilização de mais amplo alcance. Percebe-se uma grande simpatia dos diferentes setores. Há evidência de que os pais de família podem se incorporar na luta em torno do problema da defesa da qualidade da educação. Nos marcos

das negociações da burocracia cobista com o governo, outras mobilizações no movimento operário podem ser desencadeadas. Neste contexto de grande tensão social, é muito difícil que a burocracia possa manobrar livremente para capitular diante do governo. É por essa razão que assumiu uma postura abertamente crítica ao movimento docente.

Trata-se de impulsionar esse processo, assumindo os métodos de luta adequados. Qualquer erro pode frustrar a possibilidade de generalização da mobilização. Os métodos de luta devem ser utilizados em função das particularidades do desenvolvimento político pelo qual atravessam os professores e outros setores explorados do País.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2485, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Argentina

6 de abril, paralisação nacional, convocada pela CGT, com a adesão das CTAs

Que seja ativa, com bloqueios e piquetes, para garantir a adesão, para agitar nossas reivindicações e para que seja parte de um plano de luta, para derrotar os ataques do governo e dos patrões

A convocação da paralisação nacional foi imposta pelo movimento popular, que exigia a generalização das lutas e o combate unitário para brecar a mão do governo. Insistimos, porém, que a greve teria de ser já, para que triunfasse a luta dos docentes, que hoje se encontram no centro da batalha contra a política do governo. É fundamental que o conjunto dos trabalhadores apoie e intervenha nas lutas atuais, como a Marcha Federal de 22 de março, assim como também na convocação da CTA, do 30 de março.

Desde o ano passado, as direções sindicais foram pressionadas para que convocassem a paralisação nacional. Paralisação esta que não se concretizou devido ao apoio que deram ao governo e aos milhões que receberam para as obras sociais.

As reivindicações que aparecem em primeiro lugar são de rechaço à terrível carestia, que corroeu os salários e aposentadorias, contra as demissões e suspensões de contrato de trabalho, contra a maior precarização do trabalho, contra os tetos nas negociações paritárias, contra o crescimento da pobreza e da indigência, contra os tarifas impagáveis e contra a abertura das importações.

A CGT convocou uma paralisação passiva. A burocracia diz que a mobilização de centenas de milhares já foi feita. Sua decisão é que não tenha continuidade. Assim, se pretende descomprimir a pressão daqueles que querem enfrentar o governo e os capitalistas. A contundência da paralisação será um duro golpe para o governo em crise. A direção da CGT teme que os trabalhadores se unam. Sabe que pode ser atropelada, como já aconteceu. Por isso, nos locais de trabalho, devemos planejar como nos uniremos neste dia, aglutinando os trabalhadores empregados e desempregados de todos os bairros.

Dessa forma, os trabalhadores, os moradores dos bairros e os estudantes devem dar um caráter ativo a esta paralisação e discutir como transformá-la em parte de um plano de luta de longo alcance, para derrotar completamente Macri nas ruas, onde é possível derrotá-lo.

Aproveitemos a convocação da paralisação para realizar assembleias e reuniões, discutir a pauta de reivindicações e como desenvolver um plano de luta.

Devemos organizar os piquetes em cada região com a finalidade de garantir a agitação das bandeiras e que a paralisação seja geral; com a ausência dos meios de transporte, devemos ir ao piquete mais próximo para que se possa organizar a luta, levantando as bandeiras:

- Pela vitória da luta docente, pelas paritárias livres, que discutam como conquistar o salário mínimo vital, que os reajustes salariais recuperem o que foi perdido no ano passado e reponha a inflação real deste ano; seguir o exemplo dos bancários e azeiteiros.
- Trabalho para todos! Fim das demissões, não há indenização que pague um posto de trabalho, contra as suspensões do contrato de trabalho, ocupar todo lugar que suspenda ou demita. Pela divisão de todo o trabalho entre todos os trabalhadores, sem exceção.
- Eliminar toda forma de trabalho precário. Não à flexibilização-escravidão trabalhista.
- Acabar com os tarifas!
- Em defesa de um sistema público, único e gratuito de saúde e educação. Basta de negócios privados na área de saúde e educação.
- Que o governo e a Justiça tirem as mãos das organizações sindicais!

Os trabalhadores devem **confiar exclusivamente** em suas **próprias forças**, em seus **próprios métodos de luta**, em sua **organização**. Nenhuma confiança nas eleições, que o macrismo pode perder ou não. Nenhuma ilusão nas frentes antimacri. Nenhuma confiança no Congresso e nas suas leis, que só estão ao serviço do grande capital.

Todas as forças que defendem a ordem capitalista são incapazes de nos tirar da situação em que nos deixaram.

Basta de politicagem burguesa!

Os trabalhadores tem de se preparar para tomar o poder em suas mãos. Para isso, temos de nos independizar politicamente, construindo nosso partido revolucionário. Somente pondo fim à ditadura do capital, poderemos começar a construir uma nova sociedade, socialista.

Venezuela:

Somente a classe operária pode derrotar a ofensiva do imperialismo e da reação burguesa latino-americana!

A decisão do Tribunal Supremo de Justiça de suspender o funcionamento da Assembleia Nacional e tomar para si suas funções legislativas provocou imediatamente uma campanha internacional, em especial latino americana, do imperialismo e de seus serviços contra o golpe, o fim da democracia e a instalação de uma ditadura chavista.

Aqueles que deram o golpe no Brasil contra Dilma Rousseff, tendo à frente o ministro Aloísio Nunes, se posam de democráticos e fazem ameaças de ruptura com a Venezuela, utilizando-se do Mercosul e da OEA. É preciso denunciar e rechaçar os falsos democratas e agentes do imperialismo. Há que se colocar claramente contra qualquer intervenção ou ingerência dos Estados Unidos, das demais potências e dos governos latino-americanos.

A oposição burguesa venezuelana, direitista e pró-imperialista correu a pedir ajuda das forças externas. É o que mais tem feito desde que o chavismo nacionalista se implantou na Venezuela, apoiando-se na maioria oprimida. Precisamente, a fração burguesa reacionária, que ocupou historicamente o poder na Venezuela, desde o princípio se socorreu dos Estados Unidos e dos governos francamente pró-imperialistas da América Latina. Lembremos que essa mesma oposição recorreu a um golpe militar que levou por algum momento Hugo Chávez à prisão. O golpe foi derrotado com as massas nas ruas e a divisão nas Forças Armadas. Os golpistas do passado, guiados pelas mãos dos Estados Unidos, depois de frustrada a aventura militar, viraram campeões da democracia e acusadores da ditadura chavista.

Durante anos, esses opositoristas procuraram sabotar o governo nacionalista de todas as formas possíveis, contando com o cerco econômico dos Estados Unidos e com a incessante atuação desestabilizadora. O chavismo, porém, derrotou sistematicamente nas eleições os golpistas de primeira hora, que não tiveram outro recurso senão estabelecer a oposição entre a democracia antichavista e a ditadura bolivariana. Até que a crise econômica derrubou o preço do petróleo e o regime chavista se viu diante do capitalismo em decomposição, da deterioração da economia interna e da impossibilidade de continuar com sua política distributiva. O empobrecimento das massas logo evidenciou a incapacidade do nacionalismo burguês de dar solução. A morte de Hugo Chávez representou um duro golpe na ficção do bolivarianismo e do Socialismo do Século XXI. O imperialismo avançou sobre Cuba, pressionando o castrismo a avançar o processo de restauração capitalista. Os governos nacional-reformistas do Brasil, da Bolívia e do Equador perderam força e brilho. Finalmente, o golpe no Paraguai e no Brasil, bem como a derrota do kirchnerismo na Argentina, acabaram por isolar ainda mais a Venezuela. Em meio a esse processo, a oposição recuperou terreno perdido. Conquistou a maioria na Assembleia Nacional.

O governo Maduro teve de recorrer a peripécias jurídicas para evitar que seus adversários detivessem o total controle do Legislativo, de onde montariam uma trincheira para inviabilizar a governabilidade. As condições econômicas se agravaram ainda mais. Os opositoristas recrudesceram as manifestações de rua, encabeçadas pelos estudantes da classe média. Passaram a

combinar o boicote econômico, o bloqueio parlamentar e as demonstrações de rua. O imperialismo e seu braço religioso, a Igreja Católica, viram-se como supostos mediadores interessados apenas da democracia e na paz social. Na realidade, o grande cerco montado pela reação norte-americana e latino-americana fechava cada vez mais o círculo de ferro. Maduro, a burocracia chavista e os partidos da ordem já não contavam com apoio tão ostensivo da maioria oprimida. Não mais havia espaço para manobras econômico-financeiras. A Assembleia Nacional, enfim, caiu totalmente ao controle da oposição.

Como governar? Como sustentar um governo em paralisia e sem opções na ordem de valores do nacionalismo chavista? Por ser expressão da burguesia semicolonial, o nacionalismo não tem como violar a propriedade privada dos meios de produção. É impensável uma revolução que exproprie o grande capital, estatize o capital financeiro e nacionalize os recursos naturais. É impensável romper com a ordem burguesa latino-americana. De maneira que o nacionalismo bolivariano estava fadado a se esgotar e colocar a volta da fração burguesa pró-imperialista ao poder.

A suspensão do funcionamento do Legislativo, de fato, é um golpe. Um golpe que expressa o desespero de uma força política em decomposição. Para que servirá? Para esmagar a oposição burguesa e as forças capitalistas vinculadas aos Estados Unidos? Para convocar a classe operária a expropriar o grande capital? Para organizar um levante anti-imperialista de operários, camponeses e camadas da classe média empobrecida? Absolutamente, não! Não se trata de um golpe para romper os nervos e os ossos da contrarrevolução. Mas sim de um golpe do regime que procura se autopreservar e prolongar um pouco mais sua existência. Não será por essa via que se derrotará a ofensiva do imperialismo e da reação interna.

O ato de desespero de Maduro acabará por fortalecer ainda mais os contrarrevolucionários. O problema fundamental está em que o chavismo e seu embate com as forças pró-imperialistas canalizaram a classe operária e a maioria oprimida para o beco sem saída do nacionalismo burguês. A ausência do partido revolucionário – marxista-leninista-trotskista – ressalta ainda mais nas condições da crise do chavismo e da potenciação da oposição. É fundamental que a vanguarda que vem passando por essa rica experiência tenha a clareza de rechaçar a campanha do imperialismo contra o golpe, sem, contudo, apoiar a via golpista para derrotar a oposição. Sem dúvida, trata-se de combater a ingerência dos Estados Unidos, de seus lacaios latino-americanos, do Mercosul, da OEA, etc.

A tarefa de constituir o partido revolucionário está plenamente posta pelo desenvolvimento da crise.

Enfrentar a intervenção do imperialismo! Rechaçar o apoio do governo brasileiro à oposição contrarrevolucionária e pró-imperialista! Organizar os explorados em torno do programa da revolução proletária e da política do proletariado! Pôr em pé a frente única anti-imperialista. Somente a classe operária, apoiada na maioria oprimida, e em aliança com os camponeses venezuelanos, poderá vencer a reação pró-imperialista e superar o nacionalismo burguês chavista.

Mais uma vez, o atentado terrorista expõe a responsabilidade do imperialismo

No dia 22 de março, Khalid Massod (52 anos), dirigindo um carro alugado, atropelou dezenas de pedestres na ponte de Westminster, no centro de Londres, matando quatro pessoas e ferindo outras 40. Em seguida, avançou contra os portões do parlamento, desceu e esfaqueou um guarda, matando-o. Encurralado, foi alvo de disparos das forças de segurança e caiu morto. Do momento que atropelou as pessoas até tombar sob as balas dos policiais, transcorreram 82 segundos.

As dezenas de feridos, a imagem dos corpos, a correria de pedestres, as ambulâncias socorrendo aos feridos, o cerco policial ao Parlamento e o deslocamento de policiais e militares transformaram Londres em um cenário de guerra.

Segundo a imprensa, tratou-se do pior atentado desde 2005, quando quatro jihadistas detonaram bombas que carregavam em mochilas dentro de um ônibus e do metrô, matando 52 pessoas e ferindo 700. Mas, desta vez, não se tratou de uma ação organizada por uma “célula” jihadista. O atentado terrorista foi um ato de um “lobo solitário”, como denominou o governo. Seu ataque fez lembrar o desfechado, em 2013, por duas pessoas que assassinaram um soldado na rua. Como Massod, eram cidadãos ingleses recentemente convertidos ao islã.

Nascido na Inglaterra, como Adrian Russel, Massod era originário do condado de Kent, no sudeste de Londres. Tinha adotado seu novo nome, uma vez convertido ao islã. Durante um tempo, morou na Arábia Saudita. Essas condições o colocaram automaticamente como alvo de investigações policiais. No momento do ataque, Massod estava desempregado, havia-se distanciado da família e abandonado seu lar. Há dias vinha utilizando diferentes codinomes para alugar diferentes carros e se hospedar em diferentes hotéis. Tudo indicava que podia se tratar de um jihadista treinado para agir em condições de ilegalidade. Porém, apesar do Estado Islâmico (EI) reivindicar a autoria do ataque e afirmar que Massod era um de seus “soldados”, não comprovou sua filiação jihadista. De forma que impossibilitou o governo de caracterizá-lo como um “terrorista profissional”. Era então mais conveniente caracterizá-lo como uma excrescência social. É nesse sentido que a primeira-ministra, Theresa May, afirmou que o atacante era um “doente e depravado”.

No entanto, essa resposta não explica por que um doente mental e um “depravado social” teria de assumir forçosamente uma identidade ideológica e religiosa para cometer atos insanos e contrários à sociedade e suas normas de convivência “pacífica” e “civilizada”. Menos ainda explica o fato de Massod escolher o Parlamento e suas proximidades para cometer esses atos. Tudo indica que o plano de ataque ao alvo premeditado e o uso do método do terrorismo individual demonstram que não se trata de um “doente e depravado”.

O certo é que, neste caso, o imperialismo inglês teve a necessidade de descaracterizar o ocorrido como resultado de excrescência social e a incapacidade de terroristas como Mossod de assumirem os “valores democráticos”. Trata-se fundamentalmente de descaracterizar o conteúdo histórico e social do fenômeno terrorista, seja esse realizado por organizações ou por homens isolados. Sob a cobertura ideológica da religião e

da adoção do método terrorista, se acha a revolta individual e deformada contra as brutais condições de existência social, imposta aos explorados e às minorias imigrantes na Inglaterra. A condenação moral ao ato terrorista e a quem o praticou, no caso concreto aqui tratado, de fato, obscurece que se trata de um ato de um cidadão inglês e não de um imigrante muçulmano treinado nos métodos terroristas e enviado em missão à Inglaterra para realizar a “guerra santa”.

Oculto-se, portanto, que a radicalização política e religiosa de Massod ocorreu no seio do próprio país e respondeu às próprias contradições nacionais. A imprensa frisou o fato de Massod ser filho de imigrantes, negro e assalariado, mas desconsiderou que pertencia a uma camada social que sofre na pele sua condição de pertencente a uma minoria marginalizada, estigmatizada, perseguida, vigiada e diuturnamente reprimida. Se se observa ainda que os partidos da ordem burguesa, os sindicatos e os partidos de esquerda na Inglaterra acabam por assumir as formas ideológicas da opressão de classe e nacional da burguesia imperialista, o que também explica por que o islã radical atrai as minorias árabes como uma via de resistência social e individual.

A concentração dos meios de informação nas mãos da burguesia, sob a forma de monopólio, lhe permite acobertar as reais causas dessa condição e impor as falsas explicações e fortalecer sua ideologia de classe em favor do imperialismo e do atraso das massas. Embora golpeiem os governos burgueses, os métodos terroristas acabam por fortalecer a burguesia que recorre ao temor e ao sentimentalismo da classe média para agravar a opressão social e potenciar os instrumentos repressivos.

Está aí por que as massas exploradas, nas potências imperialistas, não alcançam compreender que ao se colocarem na defesa dos “valores morais da democracia ocidental” (incluindo aqui o “pacifismo” e a condenação moralizante da violência) apenas favorecem o fortalecimento dos instrumentos da ditadura capitalista. E que nada disso fará desaparecer as ações terroristas, uma vez que permanecem as raízes e contradições sociais que as gestam e as alimentam.

É necessário recorrer ao marxismo para explicar o que se passa nas bases materiais e o conteúdo social e histórico para desvendar e explicar o ato terrorista de Massod. O ponto de partida é o de assinalar que o terror individual e de grupos organizados foi na história um meio de indivíduos, camadas sociais e povos se rebelarem contra a opressão. O terrorismo assume uma forma mais ou menos ideologizada ou mesmo religiosa, segundo as particularidades do país. O leninismo aprimorou as formulações e posições marxistas sobre o fenômeno terrorista, tendo por base a experiência e luta contra o terrorismo individual dos anarquistas e social-revolucionários russos.

Está aí por que os marxistas entendem o terrorismo como uma expressão da luta de classes. De maneira que não condena os atos terroristas por ser uma medida violenta, mas sim porque é um método e prática política que se desenvolve à margem da classe operária. E jamais se coloca no campo da burguesia e do imperialismo em seu combate às organizações

terroristas. Ou seja, nunca se colocam no campo do inimigo de classe, nem se utilizam de seus métodos e explicações ideológicas. Ao mesmo tempo, não se confundem com os terroristas e nunca apoiam seus métodos. Ao contrário, combate-os com os princípios, o programa e os métodos revolucionários do proletariado. As críticas e explicações de Lênin ao terrorismo, bem com o desenvolvimento da luta revolucionária na Rússia, sob a direção do bolchevismo, se confirmaram pela experiência da luta de classes.

O avanço da independência organizativa e política do proletariado é a peça chave para os explorados avançarem e superarem o terrorismo, o islamismo radical e qualquer outro substituto ideológico pequeno-burguês que desvie as massas da tarefa histórica de conformar uma vanguarda forjada pelo programa da revolução e ditadura proletárias. Basta aqui recorrer ao exemplo da greve operária da França, de julho de 1916, para demonstrar que quando a classe operária avança no enfrentamento aos governos, defendendo suas reivindicações comuns de classe e adotando os métodos coletivos de massas, avança na elevação da sua consciência, ainda que como formas embrionárias e instintivas.

A tarefa colocada à vanguarda é a de entender que o processo de degenerescência da direção revolucionária mundial pelo estalinismo e de destruição de suas conquistas revolucionárias

está na base da projeção das formas ideológicas reacionárias e obscurantistas pelas quais setores das massas expressam seu descontentamento com a destruição de suas condições de vida. Evidentemente, é sobre essa mesma base que se avoluma e projeta o nacionalismo chauvinista.

Em não havendo a vanguarda revolucionária, organizada no seio do proletariado mundial e nacional, não há combate sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Essa situação caracteriza a crise de direção revolucionária. É com essa compreensão que a vanguarda deve trabalhar para ajudar os explorados e oprimidos da Inglaterra e da Europa a se elevarem à consciência socialista.

A defesa das tradições, dos princípios, do programa e dos métodos de luta forjados pela vanguarda proletária mundial são os instrumentos para ajudar as massas a romperem com a burguesia e superarem os substitutos ideológicos e religiosos pequenos burgueses que se colocam no lugar da estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Como se vê, o ato de desespero de Massad e a tragédia do atentado trazem valiosas lições, a começar por não se alinhar com a condenação burguesa do terrorismo e não compartilhar do sentimentalismo pacifista inoculado na consciência da pequena burguesia. Tratemos de pôr em pé o partido mundial da revolução socialista, a IV Internacional.



Assimilando o leninismo Lênin estrategista

No Massas 538, publicamos uma carta de Lênin ao Comitê Central do Partido Bolchevique. Em julho, a crise revolucionária se agrava devido ao fato do Governo Provisório manter a

Rússia na guerra imperialista e enviar novos contingentes de soldados para a frente de combate. As baixas aumentaram, a fome e a miséria se espalharam ainda mais. No dia 3 de julho, ocorreu uma manifestação de operários e soldados nas ruas de Petrogrado. A bandeira de todo o poder aos soviets tremulou em meio à massa de revoltosos. Em sua vanguarda, estavam os bolcheviques.

Agora, publicaremos um escrito de Lênin de 22 de abril (5 de maio) de 1917, “Os Ensinamentos da Crise”, que respondem às manifestações de 20 e 21 de abril. Como se vê, trata-se da orientação de Lênin cerca de dois meses antes dos combates de julho. Naquele momento, demonstrava e explicava que a revolução somente poderia ser vitoriosa caso o proletariado reunisse em torno de si a maioria. Importantes camadas da pequena burguesia deveriam se colocar no campo da revolução. O que significava separá-las da política conciliadora e contrarrevolucionária dos mencheviques e socialistas revolucionários. Haveria, portanto, que vencer a oscilação da pequena burguesia. A decisão do governo provisório de manter a Rússia na órbita da França e Inglaterra na guerra imperialista com a Alemanha passava a pesar decisivamente no ânimo revolucionário dos soldados, que por sua vez expressavam a mecânica das classes sociais no momento em que o País afundava em sangue e miséria.

O artigo “Os Ensinamentos da Crise”, na realidade, fundamentava a posição do Comitê Central, aprovada no mesmo dia, 22 de abril. A essência da resolução consistia em reconhecer a importância da pequena burguesia no desenvolvimento da revolução. A sua oscilação entre o proletariado e a burguesia indicava tanto a possibilidade de isolar o proletariado como a de juntar-se a ele e

colocar-se sobre sua direção. Está aí por que a resolução do Comitê Central considerava incorreta para aquela situação o chamamento para pôr abaixo o governo provisório. Ainda não havia uma maioria das massas que confirmasse a liderança da classe operária para derrubar o governo e tomar o poder. A resolução chama atenção para os perigos de uma ação prematura que poderia concluir em uma aventura. Era preciso que os bolcheviques ganhassem a direção dos soviets de operários e soldados. A tarefa, portanto, colocada pela crise de 20 e 21 de abril era a de demonstrar para o proletariado, a pequena burguesia e os soldados que o governo provisório não apenas não seria capaz de romper com a política de guerra imperialista como submeteria ainda mais a Rússia aos interesses da Inglaterra e França. A militância deveria realizar uma grande ofensiva nas fábricas, nos bairros e nos quartéis. Tratava-se de criar as condições para a guerra civil e para isso era importante evitar uma ofensiva desta natureza quando a pequena burguesia ainda demonstrava ilusão no governo provisório e nos partidos que o sustentavam.

A exposição objetiva da mecânica de classes na crise de abril é um bom exemplo da aplicação do marxismo. Devemos aproveitar ao máximo, observando e assimilando a ação estratégica de Lênin na situação revolucionária que se conformava e se desenvolvia na Rússia.

Os Ensinamentos da Crise

Lênin, 22 de abril de 1917

Petrogrado e toda a Rússia passaram por uma séria crise política, a primeira crise política desde a revolução. Em 18 de abril, o governo provisório publicou sua lamentável célebre nota confirmando os objetivos rapinas da guerra, com muita clareza ao ponto de provocar a indignação das massas, que acreditavam honradamente nos desejos (e possibilidade) dos capitalistas de “renunciar

às anexações". Em 20-21 de abril, Petrogrado fervia. As ruas estavam cheias de manifestantes; de dia e de noite se formavam círculos e grupos e surgiam comícios de variadas proporções em toda a parte; não cessavam as grandes manifestações. A crise, ou sua primeira etapa, parecia terminada ontem, 21 de abril, à noite, quando o Comitê Executivo do Soviete de deputados operários e soldados, e a continuidade do próprio Soviete, se declararam satisfeitos com as explicações e emendas na nota e os "esclarecimentos" do governo (que de fato não passavam de frases vazias, que não dizem absolutamente nada, que não mudam nada e não obrigam o governo a nada). Eles consideraram que o "incidente está terminado".

Se as massas consideram que "o incidente está terminado", o que está por vir dirá. Nossa tarefa, agora, é fazer um estudo profundo das *forças*, das classes, que se revelaram na crise e tirar disso os ensinamentos para o partido proletário. A importância de toda a crise é que nela se manifesta o que há de oculto, despreza o relativo, o superficial e o insignificante, arrasta a escória política e expõe a alavanca da verdadeira luta de classes.

A rigor, com sua nota de 18 de abril, o governo dos capitalistas não fez senão retirar suas notas anteriores, nas quais adornava a guerra imperialista com ambiguidades diplomáticas. Os soldados estavam indignados, pois acreditavam honradamente na sinceridade e nas intenções pacíficas dos capitalistas. As demonstrações começaram como demonstrações de soldados, com a consigna contraditória ineficaz e equivocada: "Abaixo Miliukov!" (como se troca de pessoas ou de grupos pudesse modificar a essência da política).

Isto significa que as massas, instáveis, vacilantes, que estão mais próximas do campesinato, e que, por sua definição científica de classe, é pequeno-burguesa, oscilou, se distanciou dos capitalistas, indo em direção aos operários revolucionários. Esta oscilação ou movimento das massas, suficiente forte para se constituir em fator decisivo, provocou a crise.

Foi neste momento que outros setores começaram a se agitar, a sair às ruas e organizar-se, não as camadas médias, mas sim os extremos, não a massa pequeno-burguesa intermediária, mas a burguesia e o proletariado.

A burguesia toma a avenida Nevski (avenida "Miliukov", como chamou um jornal) e os bairros adjacentes do Petersburgo rico, do Petersburgo dos capitalistas e dos funcionários governamentais. Oficiais, estudantes e "classes médias" participaram nas demonstrações a favor do governo provisório, e entre as consignas aparece frequentemente as bandeiras: "Abaixo Lênin!"

O proletariado se lançou às ruas em seus próprios centros, nos subúrbios operários, em torno dos chamados e das consignas do Comitê Central de nosso partido. Nos dias 20 e 21 de abril, o Comitê Central aprovou resoluções que foram imediatamente transmitidas ao proletariado por meio das organizações do partido.

Os operários enchem os bairros pobres, menos centrais e depois em grupos penetram a avenida Nevski. Estas demonstrações, por seu caráter massivo e coeso, se diferenciam das demonstrações da burguesia. Muitas bandeiras levam a inscrição: "Todo o poder ao Soviete de deputados, operários e soldados".

Na avenida Nevski ocorrem choques. As manifestações "hostis" desfraldam mutuamente suas bandeiras. O Comitê Executivo recebe em vários lugares por telefone as notícias de que ambos os bandos haviam disparado, de que havia mortos e feridos; mas as notícias são extremamente contraditórias e sem confirmação.

A burguesia vocifera sobre o "espectro da guerra civil", apressando assim o medo de que as verdadeiras massas, a real maioria do povo, tomem o poder. Os dirigentes pequeno-burgueses do so-

viete, os mencheviques e os populistas – que nem depois da revolução, nem durante a crise tiveram uma clara e definida linha partidária – se deixam amedrontar. No Comitê Executivo, onde nas vésperas da crise quase a metade tinha votado contra o governo provisório, se reúnem agora 34 votos (com 19 contra) a favor do retorno a uma política de confiança e de acordo com os capitalistas.

E o "incidente" se dá por "terminado".

Qual é a essência da luta de classes? Os capitalistas estão pelo prolongamento da guerra e encobrem este fato com frases vazias e falsas promessas; estão envolvidos nas redes do capital bancário russo, anglo-francês e norte-americano. O proletariado, representado por sua vanguarda com consciência de classe está pela passagem do poder à classe revolucionária, classe de operários e semiproletários, pelo desenvolvimento de uma revolução operária mundial, uma revolução que cresce evidentemente também na Alemanha, e pelo fim da guerra por meio de tal revolução.

As massas, principalmente a massa pequeno-burguesa, que ainda acredita nos dirigentes mencheviques e populistas, que está absolutamente intimidada pela burguesia e que, ainda que com alguma reserva, realiza a política desta, oscila prontamente tanto à direita como à esquerda.

A guerra é espantosa; golpeou mais duramente as amplas massas, é ali onde começam a compreender, ainda que muito vagamente, que a guerra é criminosa, que se realiza pelas rivalidades e disputas dos capitalistas pela repartição do seu espólio. A situação mundial se complica mais e mais. Não há outra saída que a revolução operária mundial, uma revolução que na Rússia está atualmente mais avançada que em qualquer outro país, mas que também avança visivelmente na Alemanha (greves, confraternização). E as massas vacilam: vacilam entre a confiança em seus antigos senhores, os capitalistas, e o ódio a eles; entre a confiança ao novo que oferece a perspectiva de um futuro luminoso a todos os trabalhadores, a única classe consequentemente revolucionária, o proletariado, e uma compreensão imprecisa de seu papel na história mundial.

Não é esta a primeira vez, nem será tampouco a última, que a massa pequeno-burguesa e semiproletária vacila.

O ensinamento é claro, camaradas operários! Não há tempo a perder. Depois desta crise, outras seguirão. Vocês devem despendar todos seus esforços ao esclarecimento dos atrasados, ao contato amplo, fraternal e direto (não só por meio de reuniões) com cada regimento e com cada grupo dos setores de trabalhadores que ainda não estão esclarecidos! Todos os esforços devem se concentrar na consolidação de suas próprias fileiras, da organização dos operários de baixo a cima, incluindo cada distrito, cada fábrica, cada bairro da capital e dos subúrbios! Não se deixem enganar pelos pequenos burgueses que "conciliam" com os capitalistas, pelos defensistas, pelos que dão "apoio", nem pelos indivíduos impacientes que gritam "Abaixo o governo provisório!" antes que a maioria do povo esteja solidamente unida. A crise não pode ser superada pela violência exercida por indivíduos contra indivíduos, nem por ações locais de pequenos grupos armados, nem mediante tentativas blanquistas de "tomar o poder", "prender" o governo provisório, etc.

A tarefa do momento é explicar de maneira mais precisa, mais clara e mais amplamente a política do proletariado, seu caminho para pôr fim à guerra. Unam-se às fileiras e colunas do proletariado, onde quer que possam, com mais amplitude, com maior resolução! Unam-se em torno de seus soviets, e neles, mediante a persuasão fraternal e a reeleição de alguns de seus membros, procurem unir uma maioria em torno de vocês!